

LEI MUNICIPAL Nº 1.333/2017 De 14 de junho de 2017.

"Dispõe sobre a Organização Administrativa dos cargos comissionados e funções de confiança do Município de Pinheiros - ES e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Pinheiros, Estado do Espírito Santo,

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal Aprovou e eu Sanciono a seguinte **LEI**:

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º -** Fica aprovada a Estrutura Organizacional Básica da Prefeitura Municipal de Pinheiros – ES, referente às Secretarias, seus Departamentos e Setores, bem como, aos respectivos cargos comissionados e funções na forma constante na presente Lei e seus Anexos.

### CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O PODER EXECUTIVO

**Art. 2° -** Para o desenvolvimento de suas finalidades, a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal é composta pelos seguintes órgãos:

### I - Órgãos de Assessoria e Apoio Direto ao Prefeito:

- I.1 Procuradoria Geral do Município;
- I.2 Controladoria Geral do Município;

#### II - Secretarias Municipais:

#### II.1 - Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete:

- a) Departamento de Finanças;
- b) Departamento de Administração e Gabinete;
- c) Departamento de Pessoal;
- d) Departamento Almoxarifado e Patrimônio;
- e) Departamento de Comunicação e Publicidade;
- f) Assistência Judiciária Municipal;



#### II.2 – Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo:

- a) Departamento Pedagógico;
- b) Departamento de Esporte e Lazer;
- c) Departamento de Cultura e Turismo.

#### II.3 - Secretaria de Saúde

- a) Departamento de Administração à Saúde;
- b) Central Municipal de Regulação;
- c) Hospital Municipal de Pinheiros.

#### II.4 – Secretaria de Assistência Social

# II.5 – Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transporte:

- a) Departamento de Agricultura;
- b) Departamento de Meio Ambiente;
- c) Departamento de Obras Públicas;
- d) Departamento de Transportes e Mecânica.

### CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

### SEÇÃO I DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO E APOIO DIRETO AO PREFEITO

- **Art. 3º -** A Procuradoria-Geral, composta pelo Procurador-Geral, 02 (dois) Procuradores do Município, 02 (dois) Assistentes Jurídicos e 01 (um) Auxiliar da Procuradoria é regida pela Lei Municipal nº. 1108 de 11 de Junho de 2012, com as posteriores alterações.
- § 1º Os membros da Procuradoria do Município cumprirão carga horária semanal de 30 (trinta) horas, salvo o Procurador-Geral que cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
- § 2° O Procurador-Geral do Município receberá gratificação de função de 40% (quarenta por cento) do valor equivalente ao seu vencimento fixado pela Lei nº 1130/2013, devido a sua exclusividade.
- **Art. 4º -** A Controladoria-Geral é regida pela Lei Municipal nº. 1102 de 22 de Março de 2012.
  - **Art.** 5º Compete ao Assessor Técnico de Controladoria:



- I Auxiliar o Controlador-Geral na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos e a avaliação dos resultados obtidos pela Administração;
- II Assessorar o Controlador-Geral na implementação das ações relativas à atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos visando avaliar as ações governamentais e a gestão fiscal dos administradores municipais;
- III Auxiliar na coordenar da prestação de contas do Município, na forma da lei em vigor;
- IV Assessorar a administração, sob determinação do Procurador-Geral, nos aspectos relacionados com os controles interno e externo;
- V Assessorar à realização de ações concernentes à avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias nos diversos sistemas administrativos;
- VI Acompanhar a implementação das políticas e procedimentos de prevenção e combate à corrupção, bem como a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, auxiliando na aferição da consistência das informações divulgadas;
- VII Desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico.

**Parágrafo único -** O Controlador-Geral do Município cumprirá carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

### SEÇÃO II DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GABINETE

- **Art.** 6º A Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete tem por competência:
- I A formulação de políticas e a coordenação de atividades de treinamento, desenvolvimento e valorização profissional e gerencial do pessoal da Prefeitura, bem como o apoio à avaliação de desempenho individual e a gestão do sistema de carreiras:
- II A promoção e coordenação de atividades de recrutamento, seleção, controle e lotação de pessoal e demais atividades de natureza administrativa relacionada aos recursos humanos da Prefeitura;



- III A formulação de políticas e a promoção e coordenação de atividades relacionadas à segurança no trabalho, ao bem-estar e aos benefícios para o pessoal da Prefeitura;
- IV O suporte técnico em informática aos órgãos e entidades da Prefeitura;
- V A padronização, aquisição, contratação, guarda, distribuição e controle de materiais, bens e serviços para as atividades da Prefeitura;
- VI A gestão e execução do processamento das licitações para a aquisição de materiais, bens e serviços para as atividades da Prefeitura;
- VII O tombamento, registro, conservação e controle dos bens públicos móveis e imóveis da Prefeitura;
- VIII A promoção e coordenação dos serviços de limpeza, vigilância, copa, portaria, telefonia e reprodução de papéis e documentos nas dependências da Prefeitura:
- IX Administração e controle da frota de veículos da Prefeitura para transporte interno e dos serviços afins contratados a terceiros;
- X A normatização e padronização das atividades e processos administrativos:
- XI Coordenar a elaboração da folha de pagamento da Administração Direta e Indireta do Município;
- XII A promoção, articulação e execução de pesquisas, estudos, análises e diagnósticos socioeconômicos do Município;
- XIII A coordenação da elaboração e monitoramento do Plano Estratégico, Plano Plurianual de Investimento (PPA) e do Programa Anual do Município;
- XIV A proposição de diretrizes orçamentárias, a coordenação da elaboração do orçamento anual e a gestão e execução orçamentária, em articulação com a Secretaria de Finanças;
- XV A promoção do desenvolvimento institucional e da modernização gerencial, profissional e administrativa do Governo Municipal;
  - XVI O desempenho de outras competências afins.
- XVII A promoção de pesquisas, previsões, estudos e diagnósticos sobre aspectos financeiros, tributários e fiscais do Município, bem como em relação às contas públicas, quanto ao endividamento e investimento, e à qualidade dos gastos da Prefeitura;



- XVIII A formulação e execução de políticas financeiras, tributárias e fiscais da Prefeitura, na sua área de competência;
- XIX A normatização e padronização das atividades contábeis e do controle financeiro interno das entidades e órgãos do Governo Municipal;
- XX A formulação da programação financeira da Prefeitura e o controle de sua execução;
- XXI A execução, fiscalização e controle da evolução da arrecadação dos tributos e receitas municipais;
- XXII A gestão e o controle da execução orçamentária das despesas e receitas da Prefeitura, em articulação com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e a Controladoria Geral;
- XXIII A administração da dívida ativa do Município e execução da cobrança amigável;
- XXIV O recebimento, pagamento, guarda e movimentação de numerário e outros valores;
- XXV A prestação de atendimento e informações ao contribuinte em questões de natureza financeira e tributária de competência da Prefeitura;
- XXVI A realização da escrituração contábil das despesas, receitas, operações de crédito e outros ingressos financeiros da Prefeitura, a inscrição dos débitos tributários na dívida ativa e a manutenção e atualização do Plano de Contas do Município;
- XXVII A preparação de balancetes e do balanço geral da Prefeitura e prestação de contas dos recursos transferidos para o Município por outras esferas de poder;
- XXVIII A manutenção e aprimoramento tecnológico e operacional permanente dos cadastros mobiliário e imobiliário da Prefeitura;
  - XXIX O desempenho de outras competências afins.
- **Art. 7° -** Compete ao Secretário de Administração, Finança e Gabinete:
- I Orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria na área de sua competência;
  - II Acompanhar e fiscalizar a execução dos trabalhos da secretaria;



- III Fiscalizar o cumprimento de horário dos servidores da respectiva secretaria;
  - IV Referendar ato e decreto do prefeito;
  - V Expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento;
  - VI Apresentar ao prefeito relatório anual de sua gestão;
- VII Acompanhar a Execução e Fiscalização dos contratos da respectiva secretaria;
- VIII Comparecer à Câmara, nos casos e para os fins previstos nesta Lei Orgânica;
- IX Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo prefeito.

### SUBSEÇÃO I DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

- **Art. 8º -** Compete ao Departamento de Finanças, através de suas divisões e seções, organizar, controlar e executar as atividades referentes à administração financeira e contábil do Município, com as seguintes atribuições.
  - I Elaborar o Plano Plurianual; LDO e Proposta Orçamentária;
  - II Controlar os gastos em conformidade com o orçamento;
  - III Controlar o processamento contábil de receita e da despesa;
- IV Controlar a aplicação das Leis Fiscais e todas as atividades relativas a lançamentos de tributos e arrecadação de receitas do Município;
- V Elaborar a prestação de contas anual- Balanço; encaminhar ao
   Tribunal de Contas do Estado e a Secretaria da Fazenda.
  - VI Elaborar e encaminhar o PAD ao Tribunal de Contas do Estado;
- VII Elaborar e encaminhar os Relatórios da Gestão Fiscal a todo os órgãos competentes;
- VIII Elaborar e encaminhar os Relatórios ao SISTN- Secretaria do Tesouro Nacional:



- IX Elaborar e encaminhar prestações de contas referentes às verbas recebidas da União e do Estado;
  - X Elaborar e liquidar empenhos;
  - XI Efetuar o pagamento dos fornecedores;
  - XII Registrar todos os fatos contábeis que ocorrem;
  - XIII Analisar balanços, relatórios e documentos;
  - XIV Controlar Recursos Vinculados;
  - XV Controle de saldos bancários e respectivas aplicações;
  - XVI Publicação dos relatórios da Transparência Fiscal;
  - **Art. 9° -** Compete ao Diretor do Setor de Contabilidade:
- I Orientar e fiscalizar, em todos os níveis, os procedimentos, convenções e normas técnicas de contabilidade, de acordo com a Lei;
- II Manter atualizada a contabilidade financeira, orçamentária e patrimonial do Município, de modo a poder informar permanentemente o andamento dos programas e projetos municipais, bem como, outras operações em que intervenha o Município;
- III Supervisionar a escrituração contábil sintética e analítica das operações financeiras e patrimoniais resultantes ou não da execução orçamentária em todas as suas fases, visando demonstrar a situação patrimonial;
- IV Providenciar, nos prazos legais, os balancetes mensais e diários, o balanço geral e outros documentos de apuração contábil;
- V Manter o controle sobre os prazos de aplicação dos adiantamentos e suprimentos de fundos;
- VI Comunicar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças a existência de quaisquer diferenças nas prestações de contas quando não tenham sido imediatamente cobertas, sob pena de responder solidariamente com o responsável pelas omissões;
- VII Verificar e avaliar a correção da escrituração contábil desenvolvida pelo Município de acordo com a legislação, os princípios, as convenções e as normas técnicas:
- VIII Preparar Notas de Empenho dos bens e serviços que serão adquiridos e encaminhar cópia às unidades orçamentárias requisitantes;
  - IX Autorizar a liberação de empenhos, após a manifestação do Gestor



Público;

- X Elaborar os relatórios de Gestão Fiscal de que trata o Artigo 54 e seguintes da Lei Complementar n.º 101/2000;
- XI Supervisionar os trabalhos exercidos pelo contador e demais subordinados da contabilidade, inclusive, analisar o relatório das atividades desenvolvidas pelo setor;
- XII Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelos superiores hierárquicos.

#### Art. 10 - Compete ao Assistente de Contador:

- I Auxiliar na coordenação e orientação nos lançamentos diários de documentos contábeis;
  - II Auxiliar na elaboração de balancetes mensais e balanço anual;
- III Auxiliar nos processos de empenhos e elaborar as prestações de contas do Município;
- IV Auxiliar os secretários no exame das secretarias e fundos municipais;
  - V Assessorar o Prefeito no preparo do orçamento do legislativo;
- VI Auxiliar no exame de empenhos, verificando a disponibilidade orçamentária e financeira, classificando a despesa em elemento próprio;
- VII Auxiliar na elaboração de demonstrativos de despesa de custeio, por unidade orçamentária;
  - VIII Auxiliar na análise de balanços;
- IX Colaborar no preparo de normas de trabalho de contabilidade e executá-las:
- X Assessorar a autoridade superior sobre assuntos referentes a finanças, contabilidade e execução orçamentária;
- XI Auxiliar na elaboração de planos de contas e na execução de trabalhos contábeis complexos de competência do Departamento de Contabilidade;
  - XII Executar outras tarefas correlatas.
  - **Art. 11 -** Compete ao Setor de Tesouraria do Município:
- I Assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente;



- II Participar em reuniões periódicas de coordenação da Área de Administração Geral e Finanças;
- III Elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da Tesouraria e submetê-las a apreciação superior;
- IV Efetuar os recebimentos, de acordo com as Guias de Recebimento
   (Guias de Receita) e dar deles o respectivo documento de quitação;
  - V Efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
  - VI Elaborar diariamente a Folha de Caixa (Diário de Caixa);
  - VII Elaborar o Resumo Diário de Tesouraria;
- VIII Proceder à guarda, conferência e controlo sistemático do numerário e valores de Caixa e Bancos:
- IX Controlar o movimento das contas bancárias, através do sistema informático instalado na Tesouraria, com o objetivo de poder elaborar o Resumo Diário de Caixa:
- X Assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas:
- XI Efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores;
- XII Assistir à verificação do estado de responsabilidade do tesoureiro, efetuado por quem for nomeado para verificar os fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade;
- XIII Assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registo no Diário de Caixa e no Resumo de Tesouraria;
- XIV Enviar, diariamente, para a Contabilidade os originais e duplicados da Folha de Caixa (Diário de Tesouraria) e do Resumo Diário de Tesouraria, acompanhados dos duplicados das Guias de Recebimento (Guias de Receita) e de todos os restantes documentos;



- XV Recepcionar os duplicados dos Diários de Caixa e dos Resumos de Tesouraria e arquivá-los;
- XVI Executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

#### Art. 12 - Compete ao Assessor de Tesouraria:

- I Assessorar na execução e controle dos pagamentos, recebimentos e aplicações financeiras;
  - II Auxiliar na realização do controle das contas e depósitos bancários;
- III Assessorar o Tesoureiro no envio do movimento para registro contábil;
- IV Auxiliar no acompanhamento diário dos saldos nas contas bancárias:
- V Auxiliar na realização de boletim de caixa ao final de cada expediente;
  - VI Assessorar nos assuntos pertinentes; e
- VII Assessorar na realização dos demais controles administrativos e financeiros inerentes à Unidade.
- VIII Executar outras funções que lhe sejam cometidas por lei, regulamento ou superior hierárquico.
- **Art. 13 -** Compete ao Setor de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e Cadastro Imobiliário:
- I Dirigir e executar a política tributária do Município obedecendo a legislação vigente;
- II Efetuar os lançamentos, fiscalizar e controlar os recebimentos de impostos e taxas, bem como inscrever em Dívida Ativa os créditos oriundos de receitas tributárias ou não tributárias.
- Art. 14 Compete ao Diretor de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e Cadastro Imobiliário:
  - I Organizar o atendimento ao público;



- II Acompanhar e propor ações para arrecadar valores, controlar recebimentos, atualizar débitos;
  - III Controlar parcelamentos, inscrever em dívida ativa;
  - IV Supervisionar atos e encaminhamentos de débitos para cobrança;
- V- Promover a atualização e a manutenção do cadastro dos contribuintes;
- VI Supervisionar processos de abertura de empresas e profissionais autônomos;
- VII Supervisionar todos os atos administrativos de emissão de Alvarás e Certidões referente a assuntos constantes no cadastro tributário do município.
  - **Art. 15** Compete ao Auxiliar do Setor de Tributação:
- I Auxiliar na organização do atendimento ao público sempre que necessário;
- II Auxiliar seu superior hierárquico prestando-lhe informações aptas a permitir a realização de ações que visem propiciar a arrecadação de valores, controle de recebimentos, atualização de débitos;
- III Auxiliar na promoção da atualização e a manutenção do cadastro dos contribuintes;
- IV Desempenhar outras atribuições determinadas por seu superior hierárquico.

### SUBSEÇÃO II DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE

- **Art. 16** Compete ao Setor de Administração Municipal através de suas divisões, auxiliado diretamente pelos Diretores, a execução das atividades administrativas e desenvolvimento organizacional e funcional da Administração Municipal no desempenho de suas atribuições.
  - Art. 17 Compete ao Diretor de Administração:



- I Representar e prestar assistência ao Secretário de Administração e ao Prefeito Municipal nas funções político-administrativas;
  - II Assessorar ao Secretario de Administração;
  - III Auxiliar na elaboração de contratos administrativos;
- IV Manter relações públicas e de contato com o público e demais poderes;
  - V Prestar atendimento burocrático ao Gabinete do Prefeito;
- VI Preparar, encaminhar e acompanhar as mensagens do Poder Executivo ao Poder Legislativo, quando solicitado;
- VII Acompanhar, propor e executar ações ligadas a Administração
   Geral da Prefeitura Municipal, e especialmente no que se refere a:
  - a) Patrimônio, alienações, concessões, permissões e autorizações;
  - b) Pessoal e recursos humanos;
  - c) Licitações, compras, material e almoxarifado:
  - d) manutenção de móveis, máquinas, equipamentos e veículos;
  - e) Processamento de Dados;
  - f) Protocolo, expediente e arquivo;
  - g) telefonia e reprografia;
  - h) Zeladoria e vigilância;
  - VIII Organizar minutas de atos oficiais;
  - IX Registrar e fazer publicar atos oficiais;
- X Acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento programa e do orçamento plurianual de investimento;
- XI Formalizar e supervisionar os serviços públicos autorizados, permitidos e concedidos;
- XII Exercer a coordenação dos sistemas de departamento na esfera das suas atribuições;
- XIII Exercer outras atividades ligadas, por ato expresso do Secretário Municipal de Administração e pelo Prefeito Municipal;
- XIV Desincumbir-se de outras funções ou tarefas necessárias para o desempenho de suas atribuições.
  - **Art. 18** Compete ao Assessor Técnico de Administração:



- I Assessorar ao Secretário em assuntos de interesse específico e de caráter técnico, diretamente relacionado com as atividades-fim da pasta;
- II Prestar assessoramento técnico, segundo as necessidades da Secretaria, sob a forma de estudos, pesquisas, levantamentos, avaliações, exposições de motivos, representação e atos normativos, bem como controlar a legitimidade de atos administrativos;
- III Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

#### **Art. 19 –** Compete ao Diretor de Projetos e Convênios:

- I Dirigir os trabalhos do Setor de Projetos e Convênios, assistindo ao Secretário de Administração, Finança e Gabinete na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência, bem como determinando aos subordinados a realização de tarefas afetas a suas competências;
- II Organizar e dirigir o setor de sua responsabilidade dentro das normas e diretrizes superiores da Administração Municipal;
- III Elaborar projetos e pesquisas, visando à identificação e o cadastramento de fontes de financiamento para as ações e projetos do município, submetendo-os à apreciação do Secretário de Administração, Finança e Gabinete;
- IV Supervisionar as ações que viabilizem planos, programas, projetos considerados prioritários;
- V Desempenhar suas funções no âmbito das demais secretarias mediante determinação do Chefe do Poder Executivo;
  - VI Desempenhar outras atribuições afins.

#### Art. 20 - Compete ao Assessor de Projetos e Convênios:

- I Assessorar na elaboração de projetos e pesquisas, visando à identificação e o cadastramento de fontes de financiamento para as ações e projetos do município;
- II Assessorar na supervisão das ações que viabilizem planos, programas, projetos ou ações consideradas prioritárias;
- III Prestar assessoramento em reuniões técnicas com organismos de financiamento e com instituições públicas e privadas relacionadas com as fontes de captação;



- IV Assessorar na supervisão de todos os atos administrativos de execução dos projetos e atividades afetas à divisão e responder pelos encargos atribuídos:
- V Assessorar na supervisão das ações de incentivo e promoção de políticas, programas e projetos para atendimento às políticas públicas do município;
- VI Assessorar na elaboração de estudos e emitir pareceres em assuntos relativos aos projetos afetos à sua área de atuação;
- VII Auxiliar na Preparação de demonstrativos das necessidades materiais e de serviços, e fazer executar a programação afeta ao núcleo dentro dos prazos previstos;
- VIII Desempenhar suas funções no âmbito das demais secretarias mediante determinação do Chefe do Poder Executivo;
  - IX Desempenhar outras atribuições afins.
  - Art. 21 Compete a Chefe de Gabinete:
- I Exercer a chefia das atribuições previstas para o Gabinete do Prefeito;
- II Organizar e manter o arquivo de documentos que sejam endereçados ao Prefeito, relativos a assuntos políticos, e ou que por natureza devam ser guardados de modo reservado;
  - III Executar as atividades administrativas do Gabinete do Prefeito:
- IV Promover a recepção de pessoas e autoridades que se dirigirem ao Prefeito;
- V Preparar ofícios, comunicações internas e outros documentos de competência administrativa;
  - VI Responder às correspondências sociais recebidas pelo Prefeito;
  - VII Coordenar as relações comunitárias do Prefeito e Vice-prefeito;
- VIII Assistir direta e imediatamente os setores e as pessoas envolvidas na segurança e no transporte do Prefeito;
- IX Assistir direta e imediatamente o relacionamento e as interlocuções com outros entes federados e com organismos da sociedade civil;
- X Apresentar, no prazo estabelecido pelo seu superior hierárquico, relatório das atividades desenvolvidas pelo setor;
  - XI Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelos



superiores hierárquicos.

#### Art. 22 - Compete ao Assistente de Gabinete do Prefeito:

- I Auxiliar o Chefe de Gabinete do Prefeito no cumprimento de suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos;
- II Analisar os expedientes relativos à Chefia de Gabinete do Prefeito e despachar diretamente com o Chefe de Gabinete do Prefeito;
- III Promover reuniões com os responsáveis pelas demais unidades orgânicas de nível departamental do Gabinete do Prefeito;
- IV Auxiliar o Chefe de Gabinete do Prefeito no controle dos resultados das ações do Gabinete em confronto com a programação, expectativa inicial de desempenho e volume de recursos utilizados;
- V Submeter à consideração do Chefe de Gabinete do Prefeito os assuntos que excedam à sua competência;
- VI dirigir veículo da frota municipal, na ausência de motorista disponível, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas do Código Brasileiro de Trânsito; e,
- VII Desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as delegadas pelo Chefe de Gabinete do Prefeito.
  - **Art. 23** Compete ao Auxiliar Administrativo de Gabinete:
  - I Atendimento ao Público;
  - II Recepcionar e presta serviços de atendimento telefônico;
- III Fornecer informações, marcar entrevistas, executar tarefas relativas à anotação, redação, datilografia, digitação e organização de documentos de interesse do Gabinete do Prefeito;
- IV Recepcionar, registrar compromissos e informações, procedendo segundo normas específicas ou rotineiras para assegurar e agilizar o fluxo dos trabalhos do gabinete do Prefeito Municipal.
  - V Auxiliar os serviços do Gabinete quando solicitado;
  - **Art. 24** Compete ao Motorista de Gabinete:
- I Assessorar os trabalhos inerentes às viagens programadas para o Gabinete do Chefe do Poder Executivo;



- II Atender aos chamados do Prefeito Municipal, sempre que solicitado;
- III Acompanhar o Prefeito Municipal em congressos, cursos e outros eventos, dirigindo o veículo oficial;
- IV Coordenar os serviços de manutenção dos veículos que servem ao Gabinete do Prefeito;
  - V Zelar pela conservação desses veículos;
- VI Comunicar à chefia eventuais defeitos constatados no funcionamento dos veículos;
  - VII Acompanhar o abastecimento e revisão geral dos veículos;
- VIII Apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatórios das viagens, quando solicitado;
  - IX Primar pelo sigilo nos assuntos ligados ao Gabinete do Prefeito;
- X Eventualmente, quando requerido, coordenar ou supervisionar os serviços de motoristas lotados nas diversas Secretarias do Município.

#### **Art. 25 –** Compete ao Coordenador Distrital:

- I Supervisionar e coordenar os serviços públicos municipais no Distrito de São João do Sobrado, Vilas, Comunidades, Assentamentos e adjacências, em todo o território do Município;
- II Responsabilizar-se pela guarda e manutenção dos equipamentos, bens móveis e imóveis do município localizado na sua área de atuação; desempenhar outras atividades afins.
- III Estabelecer contatos formais com todas as Secretarias Municipais,
   objetivando a prestação de serviços públicos à comunidade do Distrito;
- IV Observar e zelar pelo bom funcionamento de todos os serviços públicos prestados ao Distrito, comunicando de imediato ao Secretário Municipal da área qualquer irregularidade na condução das tarefas.
- V Planejar, organizar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade visando a promoção das articulações, dos registros, do acompanhamento e das providências necessárias à organização e ao gerenciamento, da necessidade e do atendimento à população do Distrito de São João do Sobrado;



- VI Garantir o cumprimento das metas e indicadores dos pactos firmados, no que se refere ao setor; elaborar mapas, relatórios e planos, nas atividades de demanda de leitos hospitalares para o atendimento para os Moradores da Zona Rural de Pinheiros;
- VII Planejar o agendamento dos serviços de níveis secundário e terciário de atendimento, junto aos órgãos responsáveis, de acordo com o nível de gestão; acompanhar e coordenar o atendimento móvel às urgências;
- VIII Articular-se com as atividades relacionadas ao cumprimento das finalidades do SUS/ES no plano regional, que digam respeito à regulação do acesso aos serviços de saúde;
- IX Estar em constante comunicação com a AMA da sede municipal, para garantir o efetivo cumprimento dos serviços de atendimento.
- X Cumprir outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções, que lhe forem atribuídas.

#### **Art. 26** – Compete ao Auxiliar Distrital:

- I Auxiliar seu superior hierárquico coletando informações aptas a possibilitar a supervisão e coordenação dos serviços públicos municipais no Distrito de São João do Sobrado, Vilas, Comunidades, Assentamentos e adjacências, em todo o território do Município;
- II Auxiliar no planejamento do agendamento dos serviços de níveis secundário e terciário de atendimento, junto aos órgãos responsáveis;
- III Auxiliar no zelo pelo bom funcionamento de todos os serviços públicos prestados ao Distrito, comunicando de imediato ao Secretário Municipal da área qualquer irregularidade na condução das tarefas;
- IV Cumprir outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções, que lhe forem atribuídas.

#### SUBSEÇÃO III DEPARTAMENTO DE PESSOAL

**Art. 27 –** Compete ao Departamento Municipal de Recursos através de suas divisões, auxiliado diretamente pelos Diretores para planejar, desenvolver e coordenar a política geral de gestão de recursos humanos da administração direta e indireta; desenvolver estudos e coordenar projetos de modernização administrativa; coordenar a aplicação da política de carreiras e remuneração dos servidores públicos municipais; Planejar, coordenar e executar os sistemas de administração promovendo a racionalização do uso de bens e equipamentos; No que diz respeito



aos benefícios e adequação de lotação, é função do departamento com eficácia para garantir ao servidor a tranquilidade necessária para o desenvolvimento de sua função pública.

#### **Art. 28** – Compete ao Diretor do Departamento de Pessoal:

- I Dirigir o setor de recursos humanos delegando tarefas aos servidores integrantes da equipe de trabalho;
- II Planejar, desenvolver e coordenar a política geral de gestão de recursos humanos da administração direta e indireta.
- III Desenvolver estudos e coordenar projetos de modernização administrativa.
- IV Planejar, coordenar e executar os sistemas de administração promovendo a racionalização do uso de bens e equipamentos;
- V supervisionar os atos relativos à vida funcional dos servidores públicos;
- VI Supervisionar os serviços de elaboração de folha de pagamento e demais rotinas do setor;
- VII Dirigir a emissão de pareceres sobre os serviços que lhe são inerentes:
- VIII Supervisionar a montagem de processos de aposentadoria e pensão na forma da lei;
- IX Assessorar a comissão que executa o processo do estágio probatório dos servidores;
- X Chefiar os serviços de informações determinadas por lei aos órgãos de fiscalização internos e externos, bem como aos órgãos de controle do Município;
  - XI Executar demais atividades correlatas.
  - **Art. 29** Compete ao Diretor Adjunto do Departamento de Pessoal:
  - I Realizar atividades relacionadas ao Setor de Recursos Humanos;
  - II Controlar processos administrativos referentes ao setor;
- III Selecionar e treinar os recursos humanos do Poder Executivo Municipal;
- IV Realizar o registro da movimentação de pessoal, com as devidas anotações funcionais.



- V Providenciar o cumprimento da legislação previdenciária dos servidores públicos;
- VI Prestar assistência e cumprir as determinações do Diretor do Setor
   Pessoal e do Secretário de Administração;
- VII Auxiliar na elaboração e correção da folha de pagamento dos servidores municipais;
  - VIII Lançar dados técnicos dos servidores em suas fichas funcionais;
- IX Receber e dar andamento aos requerimentos dos servidores públicos;

#### SUBSEÇÃO IV DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

**Art. 30 –** Compete ao Departamento Municipal de Almoxarifado e Patrimônio através de suas divisões, auxiliado diretamente pelos Diretores, o assessoramento do Prefeito Municipal e Secretários, coordenando, controlando e executando as atividades do Município relacionadas ao estoque de materiais e ao controle patrimonial de bens móveis e imóveis.

### SUBSEÇÃO V ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MUNICIPAL

**Art. 31** – Compete à Assistência Judiciário Municipal, através de suas divisões, auxiliado diretamente pelo Assistente Judiciário Municipal, o assessoramento do Prefeito Municipal e Secretários, bem como, a consultoria e assessoria administrativa e jurídica, de forma gratuita, às pessoas carentes do Município de Pinheiros/ES.

#### Art. 32 - Compete ao Assistente Judiciário Municipal:

- I Prestar consultoria e assessoramento jurídico, de forma gratuita, às pessoas carentes do Município de Pinheiros;
- II Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- III Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;



- IV Exercer, mediante o recebimento dos autos, nomeação e com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos judiciais, perante os órgãos vinculados ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em todas as instâncias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- V Promover todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;
- VI Exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;
- VII Impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;
- VIII Promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;
- IX exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Poder Público;
  - X Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;
- XI Atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;
- XII Acompanhar e fazer carga de processos, bem como, atuar e participar de audiências cíveis e criminais no âmbito do município, a fim de atender os direitos dos jurisdicionados.
- XIII Executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as diretamente ao Assistente que atuou na respectiva causa;
- XIV Atuar e auxiliar no trabalho da Procuradoria-Geral, nas esferas judicial e administrativa, interna ou externa quando solicitado pelo Procurador-Geral;
  - Art. 33 Assistente Jurídico da Assistência Judiciária e do CREAS:



- I Prestar consultoria e assessoramento jurídico, de forma gratuita, às pessoas carentes do Município de Pinheiros/ES;
- II Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- III Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- IV Exercer, mediante o recebimento dos autos, nomeação e com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos judiciais, perante os órgãos vinculados ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em todas as instâncias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- V Promover todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;
- VI Exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal:
- VII Promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;
- VIII exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Poder Público;
  - IX Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;
- X Atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;
- XI Acompanhar e participar de audiências cíveis e criminais no âmbito do município, a fim de atender os direitos dos jurisdicionados, desde que devidamente nomeado.



XII – Prestar atendimento jurídico às pessoas com direitos violados atendidas pelo Centro de Referencia Especializado em Assistência Social deste Município de Pinheiros.

#### **Art. 34** – Compete ao Assessor Jurídico Adjunto:

- I Prestar consultoria e assessoramento jurídico, de forma gratuita, às pessoas carentes do Município de Pinheiros;
- II Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- III Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- IV Exercer, mediante o recebimento dos autos, nomeação e com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos judiciais, perante os órgãos vinculados ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em todas as instâncias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- V Planejar, orientar, coordenar e fiscalizar todo o serviço sob a responsabilidade da Assistência Judiciária Municipal;
- VI Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas jurídicas apresentadas por pessoas carentes;
- VII Orientar permanentemente as pessoas carentes sobre seus direitos e garantias;
- VIII Promover todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;
- IX Atuar e participar de audiências cíveis e criminais no âmbito do município, a fim de atender os direitos dos jurisdicionados, desde que autorizado pelo Assistente Judiciário Municipal;

### SUBSEÇÃO VI DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE



**Art. 35** — Compete ao Departamento Municipal de Comunicação e Publicidade através de suas divisões, Auxiliando diretamente o Prefeito e Secretários, com o objetivo de tornar público, de forma institucional, todas as ações realizadas pela administração, sobretudo com o enfoque informativo e educativo.

#### Art. 36 - Compete ao Diretor de Comunicação e Publicidade:

- I Desenvolver a política de comunicação da Prefeitura Municipal de Pinheiros;
- II Gerenciar os sistemas de comunicação e seus contratos
   Publicitários;
- III Prestar serviços de assessoria de imprensa ao Prefeito Municipal,
   Secretarias e demais órgãos municipais da administração direta e indireta;
- IV Monitorar a avaliação da imagem da administração municipal a partir de suas ações administrativas;
- V Contribuir no planejamento, conceituação, concepção e, em certas circunstâncias, criação, execução interna e supervisão da comunicação e a da publicidade da PMP;
- VI Realizar ações publicitárias, com o objetivo de promover a difusão de ideias e/ou informar o público em geral, de acordo com a Lei 12.232/2010;
- VII Zelar pela transparência na transmissão das informações de caráter público, promovendo a divulgação dos programas desenvolvidos pela PMP e efetivando o trabalho de relacionamento com os meios de comunicação, formadores de opinião e o público em geral;
- VIII Promover a coordenação da comunicação interna da PMP com o objetivo de integrar as diversas áreas;
- IX Definir padrões, estabelecer regras para a inserção de conteúdos e gerenciar as informações jornalísticas do Portal da PMP na internet;

# SUBSEÇÃO VII DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON

**Art. 37 –** A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON é regida pela Lei Municipal nº. 1240 de 04 de Dezembro de 2014.



### SUBSEÇÃO VIII SETOR DE CRÉDITO E RENDA

- Art. 38 Compete ao Setor de Crédito e Renda do Município, atender a população de Pinheiros, divulgando e executando as políticas da agencia de credito de forma a potencializar o crescimento dos negócios e a geração de emprego e renda, no município.
  - Art. 39 Compete ao Chefe do Setor de Crédito e Renda:
- I Executar as políticas da Agência em sintonia com as deliberações do Comitê de Crédito;
  - II Divulgar as atividades da Agência;
  - III Realizar visitas com vistas à captação de clientes;
  - IV Dar atendimento às solicitações do público em geral;
  - V Orientar os interessados em financiamentos:
- VI Levantar todos os dados necessários para a análise da viabilidade de concessão do financiamento;
- VII Encaminhar as propostas de crédito ao Banco Banestes S/A para análise;
- VIII Identificar as necessidades/dificuldades do cliente e promover capacitação;
- IX Buscar meios para potencializar o crescimento dos negócios e a geração de emprego e renda, no município;
- X Elaborar e apresentar ao órgão competente prestação de contas,
   Balanço e Relatório de Atividades;
- XI Preencher, quando necessário, requisições e formulários, dando posterior encaminhamento;
  - XII Manter cadastro de clientes atualizado;
- XIII Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.



### SUBSEÇÃO IX SETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

Art. 40 – Compete ao Setor de identificação Civil do Município atender a população de Pinheiros, prestando informações necessárias acerca da forma de emissão de documentos de identificação civil.

#### Art. 41 – Compete ao Assessor do Setor de Identificação Civil:

- I auxiliar na prestação de atendimento ao público, prestando informações necessárias acerca da forma de emissão de documentos de identificação civil, recolhendo, inclusive, informações e documentos para emissão de Carteira de Identidade primeira e segunda vias;
- II Auxiliar os interessados na emissão Atestado de Antecedentes
   Criminais, via internet;
- III Auxiliar no recolhimento de informações e documentos para emissão de Carteira de Carteira de Trabalho - primeira e segunda vias.

### SUBSEÇÃO X SETOR OUVIDORIA

**Art. 42** — Compete ao Setor de Ouvidoria Municipal, atender a população, com a finalidade de receber e apurar denúncias, reclamações, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais comissivos e/ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores e serviços públicos do município de Município.

#### **Art. 43 –** Compete ao Ouvidor Municipal:

- I Receber e encaminhar à autoridade competente denúncias, reclamações, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais comissivos e/ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores e serviços públicos do município de Município;
- II Diligenciar junto às unidades da Administração competentes para a prestação por estes, de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua responsabilidade, objeto de reclamações ou pedidos de informação, na forma do inciso I deste artigo;
- III Manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte;
- IV Informar ao interessado as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;



- V Assessorar os órgãos da Administração na resolução de reclamações formulados pelos munícipes;
- VI Elaborar e publicar trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, auxiliando na elaboração de avaliação da qualidade dos serviços públicos municipais;
- VII Coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;
- VIII Comunicar ao órgão da administração direta competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas.

### SUBSEÇÃO XI SETOR DE ENGENHARIA CIVIL

**Art. 44** — Compete ao Setor de Engenharia Civil, assessorar a Engenheira Civil do Município, com a finalidade de executar atividades que dizem respeito ao planejamento de ações de trabalho, elaboração, implantação e gerenciamento de projetos, organização de sistemas de informações gerenciais, análise e sistematização de processos de trabalho e assuntos correlatos do Município de Pinheiros.

#### **Art. 45** - Compete ao Assistente de Engenharia:

- I Auxiliar na execução de atividades que dizem respeito ao planejamento de ações de trabalho, elaboração, implantação e gerenciamento de projetos, organização de sistemas de informações gerenciais, análise e sistematização de processos de trabalho e assuntos correlatos;
- II Auxiliar na execução de atividades relativas ao planejamento e estruturação de atividades relacionadas com as demandas dos usuários dos serviços públicos municipais que dizem respeito aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual se encontra habilitado;
- III Auxiliar na elaboração, execução de planos, programas, projetos, métodos e estratégias de trabalho;
- IV Auxiliar o dirigente da unidade organizacional no acompanhamento da legislação aplicável aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual se encontra habilitado;



- V Auxiliar na elaboração de estudos e emissão de pareceres por solicitação do dirigente da unidade organizacional;
- VI Auxiliar na coordenação de equipes de trabalho por definição do seu superior imediato;
- VII Auxiliar na execução de atividades de natureza burocrática, de atendimento e orientações a usuários de serviços públicos municipais sobre os assuntos que caracterizam o conteúdo da sua área de habilitação profissional;
- VIII Operação dos equipamentos que sejam necessários ao desempenho de suas atividades profissionais;
- IX Auxiliar na execução das atividades que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos do cargo tais como: digitação, arquivamento, encaminhamentos, atendimentos pessoais, por telefone ou por e-mail, registros, informações escritas ou verbais, entre outras;
- X Auxiliar na elaboração de plantas e fiscalização de projeto(s) referente(s) a(s) obra(s) do Município;
- XI Assessorar o(a) Engenheiro(a) do Município, realizado os trabalhos sob a supervisão desta;

# SUBSEÇÃO XII DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**Art. 46 –** A Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico – AMDE, é regida pela Lei Municipal nº. 798 de 31 de maio de 2005.

### SEÇÃO III DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

- **Art. 47 -** A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Turismo têm por competência:
- I A formulação, coordenação, execução e monitoramento de políticas, planos e programas municipais de educação e a administração e avaliação do Sistema de Educação do Município;
- II A promoção de estudos, pesquisas e diagnósticos visando a subsidiar a formulação de políticas e planos, a atuação da Secretaria e o aprimoramento do Sistema de Educação;



- III A organização e manutenção de sistemas de informações e indicadores relativos à situação atual e evolução do ensino infantil, fundamental e especial no Município;
- IV A formulação de diretrizes, normas e modelos pedagógicos, curriculares e tecnológicos para a execução e avaliação do processo de educação infantil, fundamental e especial na rede pública municipal;
- V A programação, coordenação, gestão e execução dos processos de ensino fundamental, infantil e especial nas unidades e instalações da rede municipal;
- VI A organização, gestão e execução da assistência ao educando, do acesso e integração dos alunos à rede pública, da oferta de vagas e do fornecimento de merenda escolar;
- VII A valorização, qualificação e aperfeiçoamento do quadro docente da Secretaria;
- VIII O planejamento, construção, instalação e manutenção das unidades e equipamentos na rede municipal de ensino;
- IX A formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos e ações em educação, na área de competência do Município;
- X Desenvolver, no município e de forma conjunta, a política de desenvolvimento das atividades inerentes ao turismo, esporte e lazer;
- XI Proceder ao planejamento, implementação e regulação das políticas de desenvolvimento do turismo no município;
- XII Formular diretrizes e promover a implantação e execução de planos, programas, projetos e ações relacionadas ao turismo, ao esporte e ao lazer no âmbito municipal;
- XIII Organizar e promover os diversos eventos, promoções e programas da Secretaria;
- XIV Planejar e elaborar eventos esportivos, recreativos e de lazer do Município de Pinheiros;
- XV Apoiar e estimular as instituições locais que necessitam de suporte para realização dos referidos eventos;
- XVI Captar recursos técnicos, humanos e financeiros, visando o desenvolvimento do esporte no município;



- XVII Captar recursos técnicos, humanos e financeiros, visando o desenvolvimento das atividades de esporte e lazer e a divulgação dos eventos do Município;
- XVIII Promover, isoladamente ou em parceria com outras entidades (públicas ou privadas), ações destinadas a incrementar o esporte e o turismo como fator de desenvolvimento, geração de riqueza, trabalho e renda;
- XIX Propor, de forma continuada, medidas que objetivam a organização e expansão do esporte no Município;
- XX Assegurar a proteção, conservação, recuperação e valorização dos recursos esportivos e culturais do Município;
- XXI Organizar, promover e estimular atividades na área do desporto, através de programas e projetos, a serem desenvolvidos em todo território municipal;
- XXII Apoiar e estimular as instituições locais que atuam na área esportiva;
- XXIII Elaborar material de divulgação do Município em parceria com outros órgãos da administração;
- XXIV Elaborar a programação visual com material de divulgação, quando da participação do Município em apoio aos eventos da comunidade;
- XXV Promover e coordenar a execução e supervisão das atividades desportivas e de lazer do município;
- XXVI Estimular a participação da comunidade nas atividades da Secretaria:
- XXVII Coordenar e fiscalizar, em conjunto com as outras Secretarias afins, a utilização das áreas públicas para fins de recreação e lazer, priorizando os programas educativos e aqueles direcionados às pessoas carentes e portadoras de algum grau de deficiência;
- XXVIII Promover e difundir a prática desportiva, de lazer e recreação junto à comunidade;
- XXIX Emitir pareceres nos processos administrativos de sua competência;
  - XXX Assessorar os demais órgãos, na área de competência;
- XXXI Planejar, programar, executar e controlar o orçamento da Secretaria:



XXXII – Fiscalizar, acompanhar e controlar a execução e vigência de contratos e convênios e outras formas de parcerias, na área de suas responsabilidades;

- XXXIII Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito.
- **Art. 48 –** Compete ao Secretario Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Turismo:
- I Orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria na área de sua competência;
  - II Acompanhar e fiscalizar a execução dos trabalhos da secretaria;
- III Fiscalizar o cumprimento de horário dos servidores da respectiva secretaria;
  - IV Referendar ato e decreto do prefeito;
  - V Expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento;
  - VI Apresentar ao prefeito relatório anual de sua gestão;
- VII Acompanhar a Execução e Fiscalização dos contratos da respectiva secretaria;
- VIII Comparecer à Câmara, nos casos e para os fins previstos nesta Lei Orgânica;
- IX Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo prefeito.
  - **Art. 49 –** Compete ao Assistente Técnico em Educação:
- I Apoiar tecnicamente projetos e atividades desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, planejando, programando, coordenando, controlando, avaliando resultados e informando decisões, para aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial das Unidades das Unidades Escolares;
- II Assessorar a Secretaria de Educação na elaboração, revisão, implantação e avaliação de instruções e manuais de procedimentos, auxiliando na coleta e análise de informações para racionalização e atualização de normas e procedimentos em conformidade com legislação educacional vigente;



- III Auxiliar o órgão competente na elaboração do processo de autorização/reconhecimento, criação/aprovação e funcionamento de instituições de ensino e/ou de cursos no âmbito municipal;
- IV Quando determinado pelo Secretário de Educação, acompanhar os trabalhos das comissões de verificação de eventuais irregularidades ocorridas em unidades escolares ou comissões especiais, prestando-lhes o auxílio necessário;
- V Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com as unidades escolares e outras entidades públicas e particulares, auxiliando na realização de estudos, opinando, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos à educação no Município;
- VI Executar outras tarefas correlatas determinada pelo Secretário da pasta.

#### SUBSEÇÃO I DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

**Art. 50 -** Compete ao Departamento de Esporte e Lazer do Município de Pinheiros, através de suas divisões e seções, apoiar, desenvolver e incentivar as práticas esportivas e de lazer no Município.

#### **Art. 51 –** Compete ao Diretor de Esporte e Lazer:

- I Planejar, programar, organizar, amparar, incentivar e supervisionar as atividades esportivas, esporte-educacionais, de recreação e de lazer no Município;
- II Apoiar e supervisionar o desenvolvimento dos esportes amadores e da Educação Física no Município, estimulando à prática dos esportes;
- III Administrar os equipamentos municipais destinados a prática de esportes;
- IV Promover programas desportivos e de recreação, de interesse da população;
- V Estabelecer parcerias com órgãos afins, inclusive ligas, federações e empresas, de forma a incentivar e ampliar a prática desportiva junto à população;
- VI Analisar e propor atividades recreativas e de lazer, que atendam as expectativas e especificidade de cada região da cidade;



- VII Subsidiar o Governo Municipal, quanto à proposição e acompanhamento dos investimentos físico-financeiros para o desenvolvimento das ações de Esportes e de Recreação;
- VIII Promover e incentivar ações para a prática de atividades inclusivas para 3ª (terceira) idade e deficientes.

#### **Art. 52 –** Compete ao Diretor Adjunto de Esporte e Lazer:

- I Planejar e coordenar as ações do Departamento de Esporte no que tange ao esporte amador;
- II Organizar e colaborar com o desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer do Município;
- III Fiscalizar e gerenciar o uso os equipamentos e academias públicas do Município;
  - IV Zelar pela correta utilização das quadras esportivas no Município;
  - V Agenciar programas, campeonatos e torneios de esportes e lazer;
- VI Estabelecer parcerias com as escolas municipais para criação de programas de incentivo ao esporte para as crianças e adolescentes;
  - VII Participar de capacitações e aperfeiçoamento;
- VIII Organizar, dirigir e estimular a prática de esportes e jogos salutares;
- IX Afixar os regulamentos peculiares a cada modalidade esportiva, para que sejam cumpridos com o máximo rigor;
  - X Propor à Diretoria a aquisição de materiais esportivos.
  - **Art. 53 –** Compete ao Auxiliar Administrativo de Esportes:
- I Assessorar o Secretário Municipal, colaborando no desenvolvimento de atividades desportivas, recreativas e de lazer no Município;
- II Auxiliar na proposição de realização das diversas modalidades esportivas, a fim de ser incentivado o esporte participativo como forma de promoção de lazer e bem-estar social:



- III Auxiliar na elaboração de calendário dos eventos esportivos, e acompanhar os acontecimentos, visando zelar pelo seu cumprimento;
- IV Auxiliar na coordenação das realizações de campeonatos no Município, determinando as ações de segurança necessárias para tais eventos;
- V Apoiar os Munícipes naquilo que for possível, quanto à sua participação em Campeonatos em outras cidades;
- VI Auxiliar no planejamento sobre a utilização dos espaços destinados ao esporte no âmbito municipal, conciliando os interesses dos praticantes das várias modalidades esportivas;
- VII Incentivar a prática de atividades esportivas, mantendo contatos com a rede municipal de ensino, bem como os demais segmentos da sociedade, utilizando-se dos informativos necessários;
  - VIII Desempenhar outras atividades correlatas.

#### SUBSEÇÃO II DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO

- **Art. 54** Compete ao Departamento de Cultura e Turismo do Município:
- I Formular e implementar, com a participação da sociedade civil, políticas e ações culturais e turismo definidas;
- II Implementar o Sistema Municipal de Cultura SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- III Promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;
- IV Valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
  - V Preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;



- VI Pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município:
- VII Manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
- **Art. 55** Compete ao Diretor Departamento de Cultura e Turismo do Município:
- I Organização de atividades do calendário cultural da cidade, realização ou apoio a eventos e projetos da sociedade, desenvolvimento de ações culturais em conjunto com outras políticas públicas e prestação de serviços culturais permanentes.
- II Cuidar das atividades do calendário cultural, constituído tradicionalmente pelas festas religiosas (como Semana Santa, Padroeiro da Cidade e Natal), civis (como o aniversário da cidade), populares (como carnaval, ciclo junino e réveillon), sociais (como o 1º de maio, Dia da Mulher, Dia da Consciência Negra, Parada Gay), festas ligadas aos ciclos econômicos locais (as agropecuárias, por exemplo) e os festivais, feiras e salões de arte (música, teatro, dança, circo, cinema, artes visuais, fotografia, design, artesanato, literatura, etc.).
- III Criação e manutenção de espaços culturais (teatros, museus, bibliotecas e centros culturais);
- IV Registro, proteção e promoção da memória e do patrimônio cultural (material e imaterial);
- V Apoio à produção, distribuição e consumo de bens culturais (leis de incentivo e outras formas de fomento);
  - VI Incentivo ao livro e à leitura:
  - VII intercâmbio cultural (como a promoção de circuitos culturais);
- VIII Formação de recursos humanos (cursos técnicos, artísticos e de gestão cultural) e programas socioculturais (voltados para públicos específicos: crianças, adolescentes, jovens e idosos; pessoas com deficiência; populações prisionais, asilares e hospitalizadas; populações sem teto, sem terra, assentadas e faveladas; populações indígenas e afro-brasileiras, entre outros).
- **Art. 56 –** Compete ao Diretor Adjunto do Departamento de Cultura e Turismo do Município:
- I Prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ao Diretor do Departamento de Cultura e Turismo;
- II Acompanhar, avaliar e verificar as atividades e tarefas de caráter especial para o cumprimento das respectivas atribuições e dos programas de



governo e projetos institucionais, na definição, divulgação e execução do calendário de feiras e eventos turísticos do Departamento de Cultura e Turismo, bem como no desempenho de outras atividades afins.

III - Desempenhar outras atividades correlatas.

# SEÇÃO IV DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### Art. 57 - A Secretaria Municipal de Saúde tem por competência:

- I a formulação e monitoramento de políticas e planos municipais de saúde, segundo as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e em articulação com as demais secretarias municipais pertinentes;
- II a coordenação, gestão e avaliação do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito municipal, participação nos seus diferentes fóruns e comitês e administração do Fundo Municipal de Saúde;
- III a promoção de estudos, pesquisas e diagnósticos visando a subsidiar a formulação de políticas e planos, a atuação da Secretaria e o aprimoramento do Sistema Municipal de Saúde;
- IV a organização, operação e atualização permanente de sistemas de informações e indicadores relativos às condições de saúde no Município, tendo em vista o atendimento às necessidades de informação, internas e das instâncias, estadual e federal pertinente;
- V a promoção e prestação dos serviços de atenção primária e de saúde da família, inclusive a gestão das centrais de atendimento ao usuário, no âmbito de atuação da Secretaria;
- VI a promoção dos serviços de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, alimentar e de doenças endêmicas) e realização de campanhas de esclarecimento e de imunização em articulação com os governos federal e estadual;
- VII a administração e execução dos serviços de assistência hospitalar, ambulatorial, odontológica, farmacêutica e laboratorial, no âmbito de competência do Município, em articulação com órgãos competentes do Estado e da União:
- VIII a execução da política de insumos e equipamentos de saúde, no âmbito municipal;
- IX a valorização, qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais de saúde do Município;



- X a controle e fiscalização dos procedimentos dos serviços privados de saúde, no âmbito municipal;
- XI a formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos e ações em saúde, na área de competência do Município;
  - XII o desempenho de outras competências afins.
  - **Art. 58** Compete ao Secretário de Saúde:
- I Orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria na área de sua competência;
  - II Acompanhar e fiscalizar a execução dos trabalhos da secretaria;
- III Fiscalizar o cumprimento de horário dos servidores da respectiva secretaria;
  - IV Referendar ato e decreto do prefeito;
  - V Expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento;
  - VI Apresentar ao prefeito relatório anual de sua gestão;
- VII Acompanhar a Execução e Fiscalização dos contratos da respectiva secretaria;
- VIII Comparecer à Câmara, nos casos e para os fins previstos nesta Lei Orgânica;
- IX Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo prefeito.

### SUBSEÇÃO I DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO À SAÚDE

- **Art. 59 –** O Departamento Administrativo é ligado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde, e tem como finalidade, promover atividades relacionadas à regulação, à organização da atenção à saúde e à administração hospitalar e ao financiamento da atenção à saúde.
  - **Art. 60 -** Compete ao Diretor Administrativo do Hospital de Pinheiros:



- I planejar e supervisionar as atividades administrativas e financeiras do HMP;
- II modernizar estruturas e procedimentos objetivando o contínuo aperfeiçoamento e eficiência na execução das atividades, bem como modernizar e atualizar o patrimônio;
- III examinar os projetos propostos pelas Diretorias, orientando sobre a disponibilidade de recursos e implicações decorrentes dos custos destes projetos.
- IV planejar e implementar a Política de Gestão do Trabalho do HMP, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde;
  - V planejar e implementar o Sistema de Informações;
- VI planejar e implementar as atividades de promoção à saúde do trabalhador e de vigilância à saúde;
- VII executar os programas e atividades de incorporação, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos do Hospital.
- III planejar e supervisionar as políticas de atenção à saúde dos usuários, em todos os níveis de atenção do Hospital, garantindo a integralidade, qualidade e efetividade do cuidado aos usuários;
- VI exercer a supervisão técnica do HMP, zelando pelo cumprimento das normas e parâmetros técnicos de qualidade, que visem a assegurar o desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais de Saúde em benefício dos usuários, servindo como extensão de apoio e controle do Secretário de Saúde sobre o setor:
- VII Fiscalizar e monitorar os serviços públicos prestados no Hospital de Pinheiros, especialmente, o cumprimento da carga horária dos servidores e o atendimento ao público.

#### Art. 61 - Compete ao Assistente Administrativo de Saúde:

- I Assessorar o Secretário Municipal de Saúde a formular e coordenar a política municipal de saúde nos termos da política estadual e nacional de saúde;
- II Auxiliar o Secretário de Saúde na formulação e coordenação da execução da política do SUS no Município, gerenciando, coordenando, controlando e avaliando a prestação dos serviços e ações de saúde;
- III Assessorar o Secretário de Saúde na definição de normas, padrões e indicadores para o controle e a avaliação das ações e serviços de saúde no Município;



- IV Auxiliar a autoridade competente na coordenação das redes assistenciais de saúde no âmbito municipal microrregional, assim como no âmbito estadual macrorregional;
- V Assessorar na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas de insumos, tecnologias e equipamentos para saúde;
- VI Assessorar na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos da área de saúde:
- VII Assessorar na formulação dos planos e programas relacionadas à Secretaria Municipal de Saúde, observadas as determinações governamentais, em articulação com as Secretarias que sejam responsáveis por políticas que tenham repercussão direta ou indireta sobre a saúde da população;
- VIII Assessorar na execução de planos, programas, projetos, processos e ações de saúde, de acordo com a legislação e as normas vigentes, junto a todos os órgãos que compõem o Sistema Único de Saúde;
- IX Auxiliar na realização de estudos e pesquisas visando identificar situações e tendências em saúde que orientem a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos processos de planejamento em saúde e a cooperação técnica intra e interinstitucional;
- X Assessorar o Secretario de Saúde na implementação de políticas e programas de desenvolvimento de pessoas para a SEMUS e o Sistema Único de Saúde:
- XI Assessorar e coordenar as atividades de prestação de serviços referentes ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas de informação, à rede de comunicação de dados da SEMUS e ao suporte técnico em sistemas operacionais e aplicativos;
- XII Assessorar no planejamento, coordenação e acompanhamento das atividades relativas ao desenvolvimento de recursos humanos, voltadas para as necessidades específicas da SEMUS;
- XIII Promoção, desenvolvimento e coordenação de estudos e correlatos, objetivando revelar situações e tendências em saúde;
- XIV cumprir outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções, que lhe forem atribuídas.
  - Art. 62 Compete ao Auxiliar da Secretaria de Saúde:
  - I Auxiliar nas ações dos Programas implantados na Secretaria;



- II Auxiliar o Secretário Municipal de Saúde nos assuntos relacionados à Assistência Social;
- III Auxiliar nas ações de atendimento ao público nos setores em que designar o Secretário;
- IV Auxiliar nas tarefas de organização e manutenção dos setores da Secretaria;
  - V Desempenhar outras funções inerentes ao cargo.
  - **Art. 63 –** Compete ao Diretor Clínico do Hospital de Pinheiros:
- I Dirigir, coordenar e orientar o Corpo Clínico do Hospital de Pinheiros;
- II Supervisionar a execução das atividades de assistência médica no Hospital de Pinheiros;
- III Zelar pelo fiel cumprimento do Regimento Interno do Corpo Clínico do Hospital de Pinheiros;
  - IV Promover e exigir o exercício ético da medicina;
  - V Zelar pela fiel observância do Código de Ética Médica;
- VI Observar as Resoluções do CFM e do CREMESC diretamente relacionadas à vida do Corpo Clínico do Hospital.
  - **Art. 64 –** Compete ao Chefe de Divisão Clínica:
  - I Coordenar a equipe médica da Instituição;
- II Exercer a função de médico, seguindo as regras previstas no Conselho Federal de Medicina – CFM, quando solicitado;
  - III Supervisionar a execução das atividades de assistência médica;
- IV Produzir relatórios sobre a assistência médica no Hospital de Pinheiros e/ Postos de Saúde do Município;
  - V Fazer cumprir o Código de Ética dos profissionais médicos;
  - VI Zelar pelo exercício ético dos profissionais médicos;
- VII Assessorar a Gerência no cumprimento do Regimento Interno das divisões, setores e unidades assistenciais;



- VIII Assessorar Gerência de Atenção à Saúde no planejamento, organização, administração, monitoramento e avaliação dos serviços assistenciais da Instituição;
- IX Participar da elaboração dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas das unidades assistenciais, setores e divisões da atenção à saúde;
- X Assumir a responsabilidade ética, médica, técnica-científica e representar a Instituição perante os Conselhos Regional e Federal de Medicina ou em juízo, segundo a legislação vigente;
- XI Mediar conflitos e estimular o relacionamento harmonioso entre os médicos e demais profissionais do hospital, bem como destes com a governança;
- XII Executar atividades profissionais da área da saúde correspondentes à sua formação;
  - Art. 65 Compete ao Coordenador de Unidade de Saúde:
- I Coordenar as atividades da Unidade respectiva, zelando pela qualidade dos serviços prestados;
- II Planejar e programar, em colaboração com a equipe técnica multiprofissional, as ações de saúde a serem desenvolvidas na área de abrangência;
- III Coordenar a supervisão das ações de saúde desenvolvidas e a produção de cada servidor lotado na Unidade;
- IV Encaminhar a programação da Unidade à Secretaria de Saúde para consolidação;
- V Coordenar as atividades-meio necessárias para o funcionamento da Unidade:
- VI Promover reuniões de trabalho objetivando a integração e a articulação da equipe multiprofissional da prestação de serviços de saúde;
- VII Promover, junto à equipe técnica multiprofissional, a coleta, sistematização e análise das informações de saúde da Unidade, encaminhando sua consolidação à Secretaria de Saúde;
- VIII Responder pela administração de pessoal, recursos materiais, manutenção de equipamentos e instrumental e zeladoria das instalações;
  - IX Gerenciar os recursos financeiros alocados na Unidade.



### SUBSEÇÃO II CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO - CMR

- **Art. 66 -** A Central Municipal de Regulação CMR é ligada diretamente à Secretaria Municipal de Saúde, e tem como finalidade planejar e organizar o processo de agendamento de consultas, exames, procedimentos cirúrgicos e outros tratamentos, dentro e fora do Município.
- Art. 67 Compete ao Diretor da Central Municipal de Regulação CMR:
- I Planejar, organizar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade visando a promoção das articulações, dos registros, do acompanhamento e das providências necessárias à organização e ao gerenciamento, da necessidade e do atendimento à população do Município de Pinheiros;
- II Garantir o cumprimento das metas e indicadores dos pactos firmados, no que se refere ao setor; elaborar mapas, relatórios e planos, nas atividades de demanda de leitos hospitalares para o atendimento para os Moradores do Município de Pinheiros;
- III Planejar o agendamento dos serviços de níveis secundário e terciário de atendimento, junto aos órgãos responsáveis, de acordo com o nível de gestão; acompanhar e coordenar o atendimento móvel às urgências;
- IV Articular-se com as atividades relacionadas ao cumprimento das finalidades do SUS/ES no plano regional, que digam respeito à regulação do acesso aos serviços de saúde;
- V Estar em constante comunicação com a AMA da sede municipal, para garantir o efetivo cumprimento dos serviços de atendimento.
- VI Promoção das articulações, dos registros, do acompanhamento e das providências necessárias à organização e ao gerenciamento, da necessidade e do atendimento à população;
- VII Garantir o cumprimento das metas e indicadores dos pactos firmados, no que se refere ao setor;
- VIII Elaborar mapas, relatórios e planos, nas atividades de demanda de leitos hospitalares;
- IX Planejar o agendamento dos serviços de níveis secundário e terciário de atendimento, junto aos órgãos responsáveis, de acordo com o nível de gestão;
  - X Acompanhar e coordenar o atendimento móvel às urgências;



- XI Articular-se com as atividades relacionadas ao cumprimento das finalidades do SUS/ES no plano regional, que digam respeito à regulação do acesso aos serviços de saúde;
- XII Cumprir outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções, que lhe forem atribuídas.
- **Art. 68** Compete ao Assistente Administrativo da Central Municipal de Regulação CMR:
- I Assessorar o Diretor da Central Municipal de Regulação CMR no planejamento, organização, coordenação, controle, avaliação e execução das atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade;
- II Auxiliar no planejamento do agendamento dos serviços de níveis secundário e terciário de atendimento, junto aos órgãos responsáveis;
- III Auxiliar na elaboração de mapas, relatórios e planos nas atividades de demanda de leitos hospitalares;
- IV - Assessorar o Diretor da Central Municipal de Regulação CMR, prestando-lhes informações a fim de ser garantido o cumprimento das metas e indicadores dos pactos firmados;
- V Desempenhar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.
- **Art. 69 –** Compete ao Auxiliar da Central Municipal de Regulação CMR:
- I Auxiliar na manutenção da regularidade dos trabalhos da Agência
   Municipal de Atendimento;
  - II Auxiliar na manutenção do espaço físico e seus pertences;
  - III Auxiliar na organização e recepção dos usuários;
- IV Desempenhar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

### SEÇÃO V DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

**Art. 70 -** A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS têm por competência:



- I Formular, gerir, coordenar e executar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 e com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004;
- II Promover, coordenar e executar os serviços, programas, projetos, e benefícios ofertados à famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, priorizando o atendimento aos beneficiários do Programa do Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Benefício de Prestação Continuada;
- III –Promover, coordenar e executar a Política de Assistência Social que deve ser realizada de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais;
- IV Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial de média e alta complexidade para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- V Garantir a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, assegurando que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária;
- VI Promover, coordenar e executar estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a situação e o perfil socioeconômico da população pobre e extremamente pobre do Município;
- VII Organizar o Sistema de Vigilância Sócio-assistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva da família e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- VIII Assegurar a Política de Assistência Social como dever do Estado, política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, concretizada por um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas das famílias e ou indivíduos em risco ou vulnerabilidade social:



- IX Formular, administrar e controlar convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos de assistência social, na área de competência do Município;
- X Destinar recursos para o co-financiamento da assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, para a operacionalização, a prestação, o aprimoramento e a viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios da política;
  - XI Desempenhar outras competências afins.
  - **Art. 71** Compete ao Secretário de Assistência Social:
- I Orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria na área de sua competência;
  - II Acompanhar e fiscalizar a execução dos trabalhos da secretaria;
- III Fiscalizar o cumprimento de horário dos servidores da respectiva secretaria;
  - IV Referendar ato e decreto do prefeito;
  - V Expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento;
  - VI Apresentar ao prefeito relatório anual de sua gestão;
- VII Acompanhar a Execução e Fiscalização dos contratos da respectiva secretaria;
- VIII Comparecer à Câmara, nos casos e para os fins previstos nesta Lei Orgânica;
- IX Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo prefeito.
- Art. 72 Compete ao Assessor-Geral do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro Especializado em Assistência Social (CREAS):
- I Assessorar na articulação, acompanhamento e avaliação das políticas sociais de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro Especializado em Assistência Social (CREAS);



- II Assessorar na execução e no monitoramento dos serviços, no registro de informações e na avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios;
- III Participar da elaboração, acompanhamento e avaliação dos fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contra referência;
- IV Auxiliar na Coordenação da execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- V Auxiliar na definição, com participação da equipe de profissionais, dos critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS;
- VI Auxiliar na definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede sócio assistencial do território, do fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede sócio assistencial referenciada ao CRAS;
- V Assessorar na promoção da articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios sócio assistenciais na área de abrangência do CRAS;
- VI Auxiliar, junto com a equipe técnica, na definição dos meios e das ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social junto as famílias, bem como dos serviços de convivência;
- VII Contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- VIII Auxiliar nas ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede sócio assistencial no território de abrangência do CRAS e na gestão local desta rede;
- IX Auxiliar nas ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro);
- X Assessorar na alimentação de sistemas de informação de âmbito local e no monitoramento do envio regular de informações sobre os serviços sócio assistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal de Assistência Social;



- XI Participar dos processos de articulação inter-setorial no território do CRAS;
- XII Auxiliar na averiguação das necessidades de capacitação da equipe de referência;
- XIII Auxiliar no planejamento e coordenação do processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social do Município;
- XIV Participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social, contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados;
  - XV Coordenar o funcionamento da unidade do CREAS;
- XVI Auxiliar na articulação/parceria sistemática com instituições governamentais e não governamentais;
- XVII Auxiliar no processo de entrada, atendimento, acompanhamento e desligamento das famílias no CREAS;
- XVIII Assessorar o órgão competente para que as ações implementadas no CREAS sejam pautadas em referenciais teórico-metodológicos compatíveis com as diretrizes do SUAS;
- XIX Garantir o planejamento, o registro, a execução, monitoramento, e avaliação dos serviços de competência do CREAS;
- XX Articular e fortalecer a rede de prestação de serviços de proteção social especial de média complexidade, na área de abrangência do CREAS;
- XXI Contribuir para o estabelecimento de fluxos entre os serviços de Proteção Social Básica e Especial de Assistência Social, em sua área de competência;
- XXII Participar de comissões/ fóruns/ comitês locais de defesa e promoção dos direitos de famílias, seus membros e indivíduos;
- XXIII Participar de reuniões periódicas com a Diretoria de Proteção Social Especial;
- XXIV Auxiliar na realização de reuniões sistemáticas com toda a equipe da unidade, para elaboração do planejamento, controle, avaliações e ajustes que se fizerem necessários;
- XXV Assessorar no planejamento, coordenação, avaliação e execução das atividades administrativas da unidade;



- XXVI Prestar assessoramento ao superior hierárquico em matéria relativa à sua área de competência;
- XXVII Executar as demais atribuições afetas à sua área de competência.
  - **Art. 73** Compete ao Assessor de Planejamento Social e Habitação:
- I Assessorar na articulação de políticas e ações de regularização e de titulação das áreas ocupadas pela população de baixa renda, passíveis de implantação de programas habitacionais;
- II Assessorar na alimentação e manter atualizado banco de dados de interesse da Secretaria;
- III Auxiliar na elaboração de projetos que visem à captação recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais:
- IV Zelar pela guarda e conservação dos bens imóveis selecionados para a implantação da política fundiária do Município, podendo;
  - V Desempenhar outras atividades correlatas.
  - **Art. 74 –** Compete ao Coordenador da Casa de Passagem:
- I Zelar pela ordem da casa, bem como, pela integridade física, psíquica e social das adolescentes abrigadas;
- II Zelar pela ordem e respeito entre adolescentes abrigadas e entre funcionários;
  - III Supervisionar o trabalho da equipe técnica e dos funcionários;
  - IV Promover programas de capacitação de funcionários;
- V Levantar, mensalmente, a quantidade de alimentos, utensílios domésticos, material de limpeza e demais itens necessários à manutenção da casa e solicitar ao setor competente a aquisição dos produtos, bens ou serviços;
- VI Organizar a escala de horários, folgas e férias da equipe de servidores:
- VII Comunicar à Secretaria de Assistência Social qualquer incidente ocorrido na Casa;
  - VIII Estar disponível à unidade para atender situações de emergência;



- IX Organizar as fichas e prontuários das adolescentes abrigadas;
- X Elaborar, juntamente com o Secretário de Ação Social, o Regimento Interno ou as normas de funcionamento da Casa;
  - XI Fazer controle de mantimentos e todo material no estoque
  - XII Desempenhar outras atividades correlatas.
  - **Art. 75 –** Compete ao Coordenador do Asilo:
- I Subsidiar a elaboração, e, acompanhar a execução das ações a serem desenvolvidas pelo Asilo na manutenção de seus objetivos;
- II Identificar, discutir e buscar o consenso em situações que afetam o desempenho das diferentes áreas e os pontos de estrangulamento, propondo medidas para solucioná-los;
  - III Representar a Instituição sempre que solicitada;
- IV Promover a avaliação e o acompanhamento do desempenho dos recursos humanos da Instituição;
- V Propor medidas corretivas para problemas organizacionais e outros identificados nas áreas ou setores;
- VI Estimular e facilitar a participação da família no âmbito da instituição e da sociedade em geral;
- VII Junto com a Diretoria buscar integração permanente da Instituição com os Órgãos Públicos e representações dos segmentos sociais;
- VIII Promover reuniões com a equipe técnica e demais funcionários, objetivando melhoria do desempenho;
- IX Viabilizar e/ou propor alteração nas atividades desenvolvidas pelos técnicos, quando houver necessidade;
- X Elaborar instrumentos para acompanhamento, execução e avaliação das atividades;
- XI Coordenar as atividades administrativas junto com a Superintendente, visando o bom funcionamento do asilo;
  - XII Fazer controle de mantimentos e todo material no estoque;
- **Art. 76 –** Compete ao Coordenador do Centro de Referência em Assistência Social CRAS do Distrito do Sobrado:



- I Estabelecer diretrizes para a atuação da Coordenadoria no âmbito do Distrito de São João do Sobrado;
- II Elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento social, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social de acordo com as necessidades dos moradores do Distrito de São João do Sobrado;
- III Coordenar as estratégias de implementação de programas e projetos de proteção social; IV - Elaborar, planejar e coordenar as metas a serem atingidas por cada Programa, supervisionando a eficácia de seu cumprimento;
- V Exercer funções de controle da execução dos projetos e programas desenvolvidos no CRAS, com acompanhamento e avaliação dos resultados, inclusive do controle da execução orçamentária das dotações direcionadas para a área:
  - VI Exercer outras atividades correlatas.
  - **Art. 77 –** Compete ao Coordenador do Espaço Futuro:
- I Matricular crianças e adolescente nos projetos sociais disponíveis no Espaço Futuro do Município de Pinheiros;
- II Conservar e zelar pelo bens móveis e imóveis pertencente ao Município e disponíveis aos projetos sociais;
  - III Acompanhamento dos Instrutores;
- IV Solicitar e monitorar o uso dos materiais necessários para funcionamento das oficinas;
  - V Organização de Eventos;
- VI Acompanhamento e encaminhamento de famílias dos alunos das oficinas que estejam em vulnerabilidade social, junto à Assistência Social do Município;
  - VI Desempenhar outras funções inerentes ao cargo.
- **Art. 78 –** Compete ao Auxiliar Administrativo do Centro de Referência em Assistência Social CRAS:
- I Auxiliar na articulação, acompanhamento e avaliação do processo de implantação do CRAS e implementação dos programas, serviços, projetos da proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;
- II Auxiliar na coordenação da execução, do monitoramento, o registro e a avaliação das ações;
- III Auxiliar no acompanhamento e avaliação dos procedimentos para a garantia da referência e contra-referência do CRAS;



- IV Auxiliar a coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- V Auxiliar na definição, com a equipe de profissionais, critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias;
- VI Auxiliar na definição, com a equipe de profissionais, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias;
- VII Auxiliar na definição, com a equipe técnica, dos meios e os ferramentais teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e os serviços socioeducativos de convívio;
- VIII Auxiliar na avaliação sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, da eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- IX Prestar auxílio na realização das ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede sócio assistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRA;
  - X– Desempenhar outras funções inerentes ao cargo.
  - **Art. 79 –** Compete ao Auxiliar Administrativo da Assistência Social:
- I Auxiliar nas ações dos Programas Sociais implantados no município;
- II Auxiliar o Secretário Municipal de Assistência Social em reuniões, e nos assuntos relacionados à Assistência Social;
  - III Auxiliar nas ações de atendimento ao público;
- IV Auxiliar nas ações de mapeamento e referenciação das famílias em situação de vulnerabilidade social dentro do Serviço de Proteção Social Básica e do Serviço de Proteção Social Especial.
- V Participar das reuniões com as equipes dos programas sociais para análise de dados fornecidos pelo Programa Bolsa Família;
- VI Participar das discussões a respeito da metodologia exigida em cada projeto referenciado nos programas sociais com o objetivo de melhor adequálos aos usuários;
- VII Auxiliar na programação e supervisão da prestação da Assistência Integral e Especial aos indivíduos e/ou famílias de acordo com a oferta de serviço de cada Programa Social existente;



- VIII Auxiliar no desenvolvimento de oficinas sociais educacionais através de grupos voltados à recuperação de autoestima, troca de experiência, apoio mútuo, cuidado próprio, reinserção familiar e comunitária;
  - IX Desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

### SEÇÃO VI DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, OBRAS E TRANSPORTE

- **Art. 80 -** A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transportes têm por competência:
- I Coordenar a política agricultura do Município, prestando assistência e apoio a produtores rurais;
  - II controlar, coordenar e gerir o sistema de segurança alimentar;
- III coordenar, fomentar e desenvolver políticas de produção familiar de gêneros alimentícios;
- IV criar, manter e conservar unidades, equipamentos e instalações para apoio e desenvolvimento da política agropecuária e agroindustrial;
- V apoiar, planejar, coordenar e executar programas de capacitação de agricultores e trabalhadores rurais;
- VI disponibilizar dados e informações de interesse público, no âmbito das atividades executadas pela Secretaria, para os munícipes, profissionais e estudantes que atuam junto ás áreas de agricultura;
  - VII manter a limpeza das vias públicas;
- VIII a formulação, coordenação e execução de políticas, planos e diretrizes voltados para a defesa e preservação do meio ambiente no território do Município;
- XIX a promoção, coordenação e realização de pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas e planos municipais de meio ambiente e a fortalecer a atuação da Secretaria na sua área de competência;
- X a formulação de diretrizes, normas, padrões e códigos ambientais para o Município, fiscalizando seu adequado cumprimento, em articulação com os órgãos competentes da Prefeitura e os correspondentes sistemas estadual e federal;



- XI a emissão de parecer sobre licenças ambientais a empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras e consumidoras de recursos naturais, com base nos estudos e análises de impacto ambiental requeridos;
- XII a fiscalização, controle e auditoria a empreendimentos e atividades potenciais causadoras de poluição sonora, atmosférica e de solo, exercendo, quando necessário, o poder de polícia, através de multas, embargos, apreensões, interdições, demolições e demais sanções previstas na legislação pertinente;
- XIII a promoção e determinação de recuperação ambiental e reflorestamento de áreas desmatadas e devastadas;
- XIV a criação e administração de áreas de conservação ambiental e gestão de recursos hídricos e ecossistemas;
- XV a promoção de ações e eventos voltados para a educação e conscientização na defesa e preservação do meio ambiente;
- XVI a articulação com as demais Secretarias municipais e as instituições competentes da União, do Estado e dos municípios vizinhos, visando ao reflorestamento, preservação dos recursos naturais e solução dos demais problemas comuns relativos ao meio ambiente;
- XVII a formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos ambientais, na área de competência do Município;
- XVIII a promoção e execução, em articulação com os órgãos competentes da Prefeitura, da programação, elaboração, orçamentação e controle da execução de projetos de obras públicas municipais;
- XIX a construção de obras, equipamentos públicos e mobiliários urbanos, em geral;
- XX a construção e pavimentação de vias urbanas e logradouros e respectivas redes de drenagem pluvial;
- XXI a manutenção e conservação de vias urbanas, redes de drenagem, praças, monumentos, parques e jardins e demais logradouros públicos, em articulação com as Secretarias de Serviços Urbanos e de Mobilização Urbana;
- XXII a gestão, acompanhamento e execução do processamento das licitações para a construção de obras públicas;
- XXIII a promoção, execução e controle de atividades topográficas para obras e serviços a cargo da Prefeitura;



- XXIV o controle e a fiscalização das obras públicas contratadas a terceiros;
- XXV o gerenciamento de máquinas, equipamentos e insumos para as obras municipais;
- XXVI a manutenção e atualização dos arquivos de projetos das obras públicas sob a responsabilidade da Secretaria;
- XXVII operação e atualização permanente, em articulação com os órgãos competentes da Prefeitura, do sistema de informações territoriais, com base no geo-processamento;
- XXVIII a organização, manutenção e controle dos serviços municipais de iluminação pública;
  - XXIX a coordenação de Fiscalização Urbanística;
- XXX a formulação, coordenação e execução de políticas, planos diretores e programas de desenvolvimento urbano para o Município;
- XXXI a promoção, coordenação e execução de pesquisas, estudos e diagnósticos referentes à realidade físico-territorial do Município e ao uso e parcelamento do solo, visando subsidiar as políticas, planos e projetos urbanos e as ações da Secretaria;
- XXXII a promoção de estudos, formulação de políticas, desenvolvimento de programas e gerenciamento de projetos voltados para a habitação de interesse social;
- XXXIII a formulação de normas e instrumentos para regulação do uso e ocupação do espaço público e privado do Município, bem como a coordenação e execução de projetos e ações de regularização fundiária;
- XXXIV o licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo urbano, de projetos de loteamento e de edificação situadas em terrenos públicos e particulares, de acordo com a legislação e as normas municipais;
- XXXV a concessão de habite-se e aceitação de edificações situadas em terrenos públicos ou particulares;
- XXXVI a coordenação e promoção de estudos e planos para intervenções urbanísticas em áreas de interesse social, promovendo a fiscalização de sua execução e controlando o seu crescimento e expansão;
- XXXVII a vistoria de ocorrências ligadas à estabilidade e segurança de edificações, promovendo o licenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da recuperação estrutural;



XXXVIII - a organização, manutenção e disponibilização de cadastro técnico de interesse para as atividades de desenvolvimento urbano do Município;

- XXXIX a formulação, coordenação e execução das políticas e planos referentes aos serviços públicos urbanos, limpeza e conservação de espaços públicos, arborização, feiras livres, administração de cemitérios, coleta e destinação de lixo, neste caso, em articulação com a Secretaria Municipal de Drenagem e Saneamento, relativamente aos pontos de coleta para resíduos sólidos em cursos d'áqua;
- LX a regulamentação, controle e fiscalização dos serviços públicos urbanos sob a responsabilidade da Secretaria;
- LXI a fiscalização das posturas municipais nas áreas de responsabilidade da Secretaria, em articulação com os demais órgãos fiscalizadores da Prefeitura:
- LXII a organização, gestão, apoio à contratação e a execução dos serviços de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos;
- LXIII a organização, apoio à contratação e execução dos serviços de limpeza e conservação de vias, praças, monumentos, parques e jardins e demais logradouros públicos, em articulação com a Secretaria de Obras;
- LXIV a promoção, coordenação e execução das atividades de arborização e poda de árvores em vias e logradouros públicos;
- LXV a concessão, autorização e fiscalização de feiras livres, quiosques, ambulantes, festas populares, eventos e publicidade em locais e logradouros públicos;
- LXVI a administração e manutenção de cemitérios e coordenação dos serviços de sepultamento;
  - LXVII o desempenho de outras competências afins.
- **Art. 81** Compete ao Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transportes:
- I Orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria na área de sua competência;
  - II Acompanhar e fiscalizar a execução dos trabalhos da secretaria;
- III Fiscalizar o cumprimento de horário dos servidores da respectiva secretaria;
  - IV Referendar ato e decreto do prefeito;



- V Expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento;
- VI Apresentar ao prefeito relatório anual de sua gestão;
- VII Acompanhar a Execução e Fiscalização dos contratos da respectiva secretaria;
- VIII Comparecer à Câmara, nos casos e para os fins previstos nesta Lei Orgânica;
- IX Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo prefeito.

### SUBSEÇÃO I DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

**Art. 82** - O Departamento de Transportes do Município de Pinheiros é ligado diretamente à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transportes, e tem como finalidade, coordenar a política agrícola do Município, prestando assistência e apoio a produtores rurais para o melhor desenvolvimento do Município.

#### **Art. 83** – Compete ao Diretor de Agricultura:

- I Coordenar a política agrícola do Município, prestando assistência e apoio a produtores rurais;
- II Controlar, coordenar e gerir o sistema de abastecimento e segurança alimentar;
- III Realizar a vigilância e fiscalização sanitária dos produtos alimentícios e empresas comerciais de gêneros alimentares;
- IV Coordenar, fomentar e desenvolver políticas de produção familiar de gêneros alimentícios;
- V Criar, manter e conservar unidades, equipamentos e instalações para apoio e desenvolvimento da política agropecuária, agroindustrial e de abastecimento:



- VI Apoiar, planejar, coordenar e executar programas de capacitação de agricultores e trabalhadores rurais, por meio do Centro Tecnológico da Agricultura Familiar;
- VII Disponibilizar dados e informações de interesse público, no âmbito das atividades executadas pela Secretaria, para os munícipes, profissionais e estudantes que atuam junto ás áreas de agricultura e abastecimento.
  - VIII Praticar atos inerentes às funções da Secretaria;
  - **Art. 84** Compete ao Coordenador do Mercado Municipal:
- I Verificar a regularidade de licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, em face dos artigos que expõem, vendem ou manipulam e dos serviços que prestam;
  - II Auxiliar no controle de produtores na feira e mercado municipal;
- III Orientar os permissionários de boxes e bancas no tocante ao controle de qualidade dos gêneros alimentícios comercializados, bem como à limpeza dos espaços ocupados pelos referidos permissionários: verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício de tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida;
- IV Verificar a instalação de bancas e barracas em logradouros públicos quanto à permissão para cada tipo de comércio, bem como quando à observância de aspectos estéticos;
- V Organizar o funcionamento da feira livre e do mercado público, observando o cumprimento das normas relativas à localização, à instalação, ao horário e à destinação de produtos descartados, e outros aspectos regulamentados por leis, normas ou outros atos próprios; cumprir outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções, que lhe forem atribuídas.
- VI Planejar e executar sistema de orientação aos consumidores mediante utilização de placas, e quaisquer outros meios que auxilie o consumidor a dirigir-se aos setores desejados;
- VII Levar ao conhecimento do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente qualquer situação de irregularidade constatada para que tome as providências cabíveis.
  - VIII Desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

### SUBSEÇÃO II DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE



**Art. 85** - O Departamento de Meio Ambiente do Município de Pinheiros é ligado diretamente à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Públicos, e tem como finalidade o planejamento, coordenação, execução, controle, apoio e avaliação da preservação ambiental do Município.

#### **Art. 86** – Compete ao Diretor de Meio Ambiente:

- I Planejar, organizar e controlar o desenvolvimento ambiental no Município;
- II Representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal s Secretário da Pasta, nas funções de política ambiental e defesa do meio ambiente;
- III Superintender o planejamento, organização, execução e controle da política ambiental e defesa do meio ambiente, do Município, e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;
- IV Atender os interesses dos munícipes nos assuntos do meio ambiente;
  - V- Manter relações públicas e de contatos com os demais órgãos;
- VI Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;
- VII Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento na esfera de suas atribuições;
- VIII Superintender a administração do pessoal lotado no órgão e a administração do material utilizado ou à disposição da Secretaria;
- IX Promover a integração da comunidade à política do meio ambiente desenvolvida pelo Município;
- X Desenvolver mecanismos e instrumentos com a finalidade de preservar e melhorar a qualidade de vida no Município;
- XI Promover a articulação com entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, para execução ou desenvolvimento de projetos ou atividades de sua competência;
- XII Planejar, organizar, executar e controlar as atividades de ajardinamento e paisagismo;
  - XIII Promover o ajardinamento de vias e logradouros públicos;



- XIV Executar e incentivar a arborização urbana, principalmente a ornamental;
- XV Promover e manter o plantio regular de sementes e mudas ornamentais e de sombras para o ajardinamento e florestamento urbano;
- XVI Promover o controle e gerenciamento da utilização dos recursos hídricos:
- XVII Promover e incentivar a preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável:
- XVIII Manter controle do consumo de materiais utilizados, objetivando a sua racionalização;
- XIX Promover medidas que visem proteger a boa qualidade de vida e do meio ambiente;
- XX Emitir perecer sobre os pedidos de ocupação do espaço urbano e da paisagem natural, analisando o impacto ambiental;
  - XXI Elaborar projetos de recuperação do meio ambiente;
- XXII Administrar, zelar e controlar a utilização de móveis, equipamentos e materiais à disposição do Departamento;
- XXIII Manter arquivo, controle e registro das atividades desenvolvidas pelo Departamento;
- XXIV Planejar, organizar, executar e controlar as atividades de fiscalização ambiental;
- XXV Fazer cumprir a legislação de preservação e defesa do meio ambiente e cooperar na fiscalização dos serviços públicos, patrimônio municipal e aplicação da legislação pertinente;
  - XXVI Promover a execução de visitas de fiscalização ambiental;
- XXVII Efetuar vistorias permanentes ou periódicas com a finalidade de garantir a preservação e defesa do meio ambiente, notificando e aplicando penalidades previstas em lei ou regulamento;
- XXVIII Desincumbir-se de outras tarefas, que lhe forem delegadas pelo Secretário de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Públicos;
  - XXIV Desempenhar outras funções inerentes ao cargo.



### SUBESEÇÃO III DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

**GABINETE DO PREFEITO** 

Art. 87 - O Departamento de Obras Públicas do Município de Pinheiros é ligado diretamente à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transportes, e tem como finalidade o planejamento, desenvolvimento, controle e execução das atividades inerentes à construção de obras públicas; responsabilidade também pelas atividades inerentes quanto à abertura e pavimentação de vias públicas, pontes, viadutos, canais e redes de drenagem.

#### **Art. 88 –** Compete ao Diretor de Obras Públicas e Urbanismo:

- I Executar, direta ou indiretamente, as obras públicas de responsabilidade do Município de Pinheiros;
- II Contratar, controlar, fiscalizar e receber as obras públicas municipais autorizadas;
- III Promover os levantamentos e avaliações de imóveis e benfeitorias do interesse do Município de Pinheiros;
- IV Inspecionar sistematicamente obras e vias públicas, como galerias, obras de arte, dutos, avenidas, ruas e caminhos municipais, promovendo as medidas necessárias a sua conservação;
- V Agir em casos de emergência e calamidade pública, diligenciando a execução de medidas corretivas nas obras públicas e nos sistemas viários municipais;
- VI Manter atualizado o cadastro de obras e dos sistemas viários e das drenagens no âmbito do Municipal;
- VII Colaborar com os órgãos e entidades federais e estaduais responsáveis por obras de saneamento urbano, dos sistemas viários e demais obras de infra-estrutura;
- VIII Promover a execução dos serviços de construção de obras de drenagem, incluindo-se as lagoas de infiltração e estabilização e demais obras de infra-estrutura;
- IX Promover e fiscalizar a execução dos serviços de pavimentação por administração direta ou por empreitada;
- X Promover a operacionalização dos sistemas de drenagem do Município, inclusive das lagoas de infiltração;
- XI Promover a conservação das obras e vias públicas, através da administração direta ou por empreitada;



- XII Coordenar a realização de obras e ações correlatas de interesse comum à União, Estado e ao setor privado em território do Município, estabelecendo, para isso, instrumentos operacionais;
- XIII Manter atualizado o Plano Diretor de Drenagem do Município, com cadastro Geo-referenciado;
  - XIV exercer o poder de polícia, no âmbito de sua competência;
- XV Proceder, no âmbito do seu Órgão, à gestão e ao controle financeiro dos recursos orçamentários previstos na sua Unidade, bem como à gestão de pessoas e recursos materiais existentes, em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do Chefe do Poder Executivo;
  - XVI Exercer outras atividades correlatas.
  - **Art. 89–** Compete ao Diretor Adjunto de Obras Públicas e Urbanismo:
- I Assessorar o Diretor de Obras Públicas, dirigindo e distribuindo os trabalhos prestados por servidores da Secretaria, que atuam na realização de obras de alvenaria, carpintaria, pavimentação urbana, conservação de estradas vicinais, distribuídas pelos diversos distritos do interior do Município e bairros na cidade.
- II Solicitar sempre que necessário, o conserto de máquinas, equipamentos sob sua responsabilidade, acompanhando os serviços e efetuando testes quando necessário;
- III Assessorar na promoção a operacionalização dos sistemas de drenagem do Município;
- IV Auxiliar na promover a conservação das obras e vias públicas, através da administração direta ou por empreitada;
- V Cumprir e fazer cumprir as medidas de segurança no trabalho orientando os servidores sob sua responsabilidade quanto ao uso de botas, luvas capacete, guarda-pó e demais vestimentas de proteção;
- VI Manter o controle do horário de chegada e saída dos servidores sob sua responsabilidade e da efetiva realização dos serviços;
- VII Realizar demais tarefas afins, inclusive proceder a direção da fiscalização de obras e postura.

#### **Art. 90 –** Compete ao Gerente de Limpeza Pública:

 I - Gerenciar a execução dos serviços de limpeza pública de acordo com o planejamento estabelecido com base nas necessidades das diversas áreas da sede e distritos do Município de Pinheiros;



- II Acompanhar, fiscalizar e notificar e tomar todas as providências pertinentes à violação das normas e posturas municipais e da legislação urbanística, principalmente, quanto ao recolhimento dos entulhos nas vias públicas, praças e interior do Município;
- III Gerir a realização e acompanhamento da pintura de meio fio, retirada de terra e retirada de entulhos de terrenos baldios.
- IV Fiscalizar a empresa de coleta de resíduos sólidos e manutenção dos pontos de entulhos.
  - V Realizar, organizar e manter o Aterro Sanitário.
- VI Gerir a limpeza e coleta de lixo dos Distritos e Povoados da Zona
   Rural do Município.
  - VII Executar outras atividades correlatas, inerente ao cargo.

### SUBSEÇÃO IV DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E MECÂNICA

- **Art. 91 -** O Departamento de Transportes e Mecânica do Município de Pinheiros é ligado diretamente à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transportes, e tem como finalidade gerenciar e fiscalizar a execução das modalidades do transporte público de passageiros no Município; gerenciar manter e fiscalizar a frota municipal, inclusive, com o controle de abastecimento.
  - **Art. 92** Compete ao Diretor Administrativo de Transportes:
- I Controlar e manter controle atualizado da frota de veículos desta municipalidade;
- II Analisar sistematicamente a organização do transporte Municipal, inclusive, dos veículos pertencentes a cada Secretaria Municipal, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos:
- III Promover a manutenção preventiva e corretiva dos veículos próprios do Município;
  - IV Acompanhar licitações e gerenciar contratos de fornecimento;
- V Participar na elaboração do processo licitatório do transporte em geral;
- VI Verificar a adequação dos veículos no transporte de passageiros às exigências legais do trânsito;



- VII Verificar a adequação dos condutores e habilitação dos mesmos;
- VIII Elaborar relatório de atividades dos veículos municipais, número de usuários, nome do motorista responsável, quilometragem e outros;
- IX Manter o controle da assiduidade, produtividade e desempenho dos servidores subordinados;
  - X Manter e organizar os registros instituídos pela administração;
  - XI Realizar atividades afins.

#### Art. 93 - Compete ao Diretor de Mecânica:

- I Gerenciar a distribuição de peças mecânicas para a manutenção dos veículos oficiais e dos maquinários;
  - II Gerenciar o estoque das peças de manutenção;
- III Solicitar ao Setor competente a aquisição de novas peças e serviços mecânicos para os veículos e máquinas sob sua responsabilidade;
- IV Realizar o controle diário de armazenamento de combustível nos tanques dos veículos;
- V Verificar de forma periódica a parte mecânica e elétrica dos veículos providenciando os reparos necessários;
  - VI Realizar atividades correlatas.

#### **Art. 94 -** Compete ao Assistente de Operação de Máquinas Pesadas:

- I Auxiliar na operação de máquinas e tratores e na execução de terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim com abaulamentos, abertura de valetas e cortes de taludes:
- II Auxiliar na operação de máquinas em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes;
- III Auxiliar a equipe técnica na operação de máquinas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, rolo compressor;
- IV Por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;



- V Assistir na limpeza e lubrificação da Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário, efetuar pequenos reparos, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegura o bom funcionamento do equipamento;
- VI acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários:
- VII Anotar, seguindo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;
- VIII Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade;
  - IX Executar tarefas afins e de interesse da Municipalidade.

### CAPÍTULO III DOS CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

- **Art. 95 -** Ficam criados os cargos de provimento em comissão da Prefeitura Municipal necessários à implantação desta Lei, sendo estabelecidos seus respectivos quantitativos e valores conforme disposto nos Anexos II e III, que são partes integrantes desta Lei.
- **Art. 96 -** Os vencimentos dos Cargos de provimento em comissão criados nesta Lei ficam fixados conforme ordenado nos Anexos II e III desta Lei.
- **Art. 97 -** Os cargos de provimento em comissão, constantes dos Anexos desta Lei, são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.
- **Parágrafo Único -** Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, farão jus a todos os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho CLT, exceto o recebimento de FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, Horas Extras, Aviso Prévio e Seguro Desemprego.

### CAPÍTULO IV DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

- **Art. 98 -** Ao servidor público efetivo investido em função gratificada é devida uma gratificação pelo seu exercício, que será recebida concomitantemente com o vencimento ou remuneração do cargo efetivo correspondente.
- **Art. 99 -** Ficam criadas as funções gratificadas de Coordenador do Programa de Saúde da Família PSF, Coordenador de Vigilância Sanitária, Coordenador de Atenção Primária da Saúde, Fiscal de Contratos, Coordenador de



Vigilância Epidemiológica, Coordenador de Vigilância Ambiental da Saúde e Coordenador do Fundo Municipal de Saúde, necessárias à implantação da Estrutura Administrativa.

- I Compete ao Coordenador do Programa de Saúde da Família PSF a função gratificada com as seguintes atribuições:
  - a) Coordenar o Programa Saúde da Família;
- b) Coordenar e supervisionar os trabalhos e atuação dos profissionais do Programa Saúde da Família;
- c) Elaborar o plano de implantação/expansão/implementação da Estratégia Saúde da Família no Município de Pinheiros;
- d) Monitorar e avaliar o processo de implantação da Estratégia Saúde da Família e seu impacto em parceria com os setores afins;
- e) Acompanhar a supervisão geral do programa no que diz respeito a normatização e organização da prática da atenção básica em saúde, garantindo a integralidade e a intersetorialidade;
- f) Acompanhar a estruturação da rede básica na lógica da Estratégia de Saúde da Família;
- g) Garantir junto à gestão municipal os recursos materiais para o desenvolvimento das ações;
- h) Buscar parcerias com as instituições de ensino superior para os processos de capacitação, titulação e ou a creditação dos profissionais ingressos na Estratégia Saúde da Família;
- i) Articular outros setores da Secretaria Municipal de Saúde visando à integração e contribuição desses com a implantação da Estratégia Saúde da Família:
  - j) Outras funções/atividades correlatas.
- II Compete ao Coordenador de Atenção Primária da Saúde a função gratificada com as seguintes atribuições:
- a) Dirigir, assessorar e responsabilizar-se por todas as ações da saúde básica do Município;
- b) Garantir a composição mínima das equipes de atenção básica participante do programa, com seus profissionais devidamente cadastrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);



- c) Coordenar a alimentação regular e consistente do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), com informações referentes às equipes de atenção básica participantes do programa, permitindo o seu monitoramento permanente;
- d) Auxiliar na execução de ações aptas a garantir oferta mínima de ações de saúde para a população coberta por equipe de atenção básica, de acordo com a Política de Atenção Básica (PNAB) e traduzida pelos indicadores e padrões de qualidade definidos pelo programa;
- e) Coordenar a aplicação dos recursos do Componente de Qualidade do PAB Variável em ações que promovam a qualificação da atenção básica;
- f) Coordenar as ações de estruturação das equipes da atenção básica, constituindo e garantindo condições de funcionamento da equipe de gestão responsável pela implantação local do programa;
- g) Auxiliar na instituição de processos de auto avaliação da gestão e das equipes de atenção básica participantes do programa;
- h) Coordenar ações no sentido de definir o território de atuação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a população assistida por equipe de atenção básica;
- i) Coordenar as ações de implantação de apoio institucional às equipes de atenção básica do município;
- j) Coordenar a realização de ações de educação permanente com as equipes de atenção básica;
- k) Coordenar a implantação de processo regular de monitoramento e avaliação, para acompanhamento e divulgação dos resultados da atenção básica no município;
- I) Auxiliar na realização de ações para a melhoria das condições de trabalho das equipes de atenção básica;
- m) Apoiar a instituição de mecanismos de gestão nas Unidades Básicas de Saúde;



- n) Orientar a autoridade competente a solicitar ao Ministério da Saúde avaliação externa das equipes de atenção básica participantes do programa, nos prazos estipulados;
- o) Apoiar a realização do processo de avaliação externa das equipes de atenção básica participantes do programa, oferecendo condições logísticas de hospedagem e transporte para a equipe de avaliadores externos;
- p) Auxiliar na organização do processo de trabalho das equipes em conformidade com os princípios da atenção básica previstos no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica;
- q) Auxiliar no desenvolvimento de programas e implementação de atividades, com a priorização dos indivíduos, famílias e grupos com maior risco e vulnerabilidade;
- r) Auxiliar no desenvolvimento de ações voltadas para o cuidado e a promoção da saúde;
- III Compete ao Coordenador de Vigilância Sanitária da função gratificada com as seguintes atribuições:
- a) Fiscalizar ações na área de vigilância sanitária, tais como: expedição de alvarás, atuar em estabelecimentos comerciais, coletas de água para análise; licenciamento, fiscalização e apreensão de veículos de transporte de gêneros alimentícios; atuar junto à blitz sanitárias, dentre outras atividades;
- b) Atuar juntamente com uma equipe técnica específica junto a farmácias, laboratórios, indústrias farmacêuticas, consultórios médicos e odontológicos; fiscalização de estabelecimentos que ofereçam serviços em raio X; coletas de amostras de gêneros alimentícios;
- c) Comparecer às reuniões técnico-científicas e administrativas quando solicitado:
- d) Responder perante órgão empregador o cumprimento integral das tarefas correlatas ao cargo;
  - e) Emitir relatórios periódicos;
- f) Representar a Secretaria perante órgãos competentes e que sejam relacionados a autorização de exames;



- g) Deverá desenvolver todas as ações de acordo com as determinações da Secretaria Municipal da Saúde.
  - IV Compete ao Fiscal de Contratos:
- a) Operacional de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, relatando os fatos à autoridade competente;
  - b) Anotar as ocorrências em registro próprio (livro de ocorrência);
  - c) Determinar a regularização de faltas ou defeitos observados.
  - d) Acompanhar a vigência dos contratos;
- e) Acompanhar a elaboração de termo aditivo para a alteração do contrato ou prorrogação de prazo;
- V Compete ao Coordenador de Vigilância Ambiental da Saúde, a função gratificada com as seguintes atribuições:
- a) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das normas técnicas aplicáveis à vigilância em saúde ambiental;
- b) Implementar o processo de articulação interinstitucional com as diversas esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), visando garantir níveis de desempenho técnico satisfatório;
- c) Promover os meios para o intercâmbio de experiências em vigilância em saúde ambiental, visando universalizar o conhecimento e sua aplicabilidade no município;
- d) Fornecer dados para os sistemas Federal, Estadual e Municipal de informação de saúde ambiental;
- e) Realizar estudos e inventários de recursos naturais e outros estudos, em seu âmbito de atuação;
- f) Coordenar e supervisionar as ações de vigilância em saúde ambiental, assegurando como princípio norteador a multidisciplinaridade técnica das equipes de trabalho;
- g) Realizar análises técnicas em sua esfera de competência, para subsidiar este e demais órgãos Federais, Estaduais e Municipais nas atividades de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais.



### **GABINETE DO PREFEITO**

- VI Compete ao Coordenador de Vigilância Epidemiológica, a função gratificada com as seguintes atribuições:
- a) Recomendar e adotar medidas de prevenção e controle de doenças e agravos;
- b) Fornecer orientações técnicas permanentes às autoridades que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos;
- Planejar, organizar e operacionalizar os serviços de saúde, c) conhecendo o comportamento epidemiológico da doença ou agravo como alvo das ações;
- d) Coletar e processar dados, realizar notificação compulsória de doenças, conforme resolução estadual e federal;
  - e) Analisar e interpretar os dados processados;
  - f) Recomendar as medidas de controle indicadas;
  - g) Promover as ações de controle indicadas;
  - h) Avaliar a eficácia e efetividade das medidas adotadas;
  - i) Divulgar informações pertinentes;
- Manter dados dos programas do Ministério da Saúde: API (Imunização), Sinan (Doenças de Notificação compulsória), Sim (Sistema de Informação de Mortalidade), Sinasc (Sistema de Informação Nascidos Vivos) e TB (Tuberculose):
  - k) Planejar, organizar e operacionalizar campanhas de imunização;
- VII Compete ao Coordenador do Fundo Municipal de Saúde, a função gratificada com as seguintes atribuições:
  - I coordenar o Fundo Municipal de Saúde FMS;
- II auxiliar na coordenação da elaboração da proposta orçamentária plurianual, anual e trimestral dos programas e projetos da Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com suas demais unidades;
- III assessorar a Secretaria Municipal de Administração Finanças e Gabinete na elaboração do Plano Plurianual - PPA, Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Leis Orçamentárias Anuais - LOA;



- IV coordenar e orientar os assuntos relativos ao controle financeiro da execução orçamentária, das modificações do detalhamento da despesa, dos processos de créditos adicionais e a movimentação de recursos relativamente ao Fundo Municipal de Saúde;
- V promover a maximização dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, elaborar fluxos de caixa e normatizar procedimentos para cumprimento das obrigações pecuniárias, obedecidas as normas gerais estabelecidas pela Secretaria Municipal da Fazenda;
- VI coordenar o acompanhamento e fiscalização da arrecadação das transferências intergovernamentais aos fundos especiais e das intragovernamentais;
- VII coordenar, orientar, disciplinar e acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros transferidos para as unidades orçamentárias descentralizadas do FMS – distritos e unidades assistenciais;
- VIII inscrever os ordenadores de despesa e todos aqueles que tenham sob sua responsabilidade a guarda, a administração e a aplicação de bens, valores e dinheiro público, para posterior julgamento pela autoridade competente;
- IX acompanhar, junto aos órgãos repassadores de recursos (Federais, Estaduais e Agentes Financeiros nacionais e internacionais), o andamento dos processos que irão dar origem aos convênios e contratos de financiamento;
- X coordenar o gerenciamento dos sistemas de informações orçamentárias e financeiras da Secretaria Municipal de Saúde;
- XI elaborar relatórios periódicos, estatísticos e gerenciais, sobre a evolução dos gastos com a saúde de forma a subsidiar a direção da Secretaria Municipal de Saúde na tomada de decisões;
- XII subsidiar o Conselho Municipal de Saúde com informações que lhes sejam demandadas;
  - XIII exercer atividades correlatas que lhe forem delegadas.

### TÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 100 -** São requisitos básicos para a investidura nos cargos previstos nesta Lei:
  - I a nacionalidade brasileira, salvo exceções previstas em lei;
  - II o gozo dos direitos políticos;
  - III a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
  - IV a idade mínima de dezoito anos:



- V aptidão física e mental;
- VI ser alfabetizado.
- Art. 101 Salvo disposição em contrário nesta lei ou em lei especial, a carga horária dos cargos previstos nos anexos II e III serão de 40 (quarenta) horas semanais.
- **Art. 102 -** São partes integrantes do presente instrumento legal os Anexos que a acompanham.
- **Art. 103 -** Ficam extintos e excluídos da Estrutura Administrativa os cargos constantes do Anexo I desta Lei.
- Art. 104 Ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo II e III desta Lei.
- **Art. 105 –** Fica extinta a Secretaria de Planejamento do Município de Pinheiros/ES.
- **Art. 106 -** A Secretaria de Gabinete fica incorporada na Secretaria de Administração e Finanças, passando a denominar-se Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gabinete, cujas competências são as constantes do Título II, Seção I desta Lei.
- **Art. 107 -** A Secretaria de Esportes e Lazer e a Secretaria de Cultura e Turismo ficam incorporadas na Secretaria de Educação, passando a denominar-se Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, cujas competências são as constantes do Título II, Seção III desta Lei.
- **Art.108 -** A Secretaria Municipal de Obras e Transporte fica incorporada na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, passando a denominar-se Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transporte, cujas competências são as constantes do Título II, Seção V desta Lei.
- **Art. 109 -** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento para o exercício financeiro subsequente, os ajustes que se fizerem necessários em decorrência desta Lei, respeitados os elementos de despesas existentes e a criação de elementos eventualmente necessários, as funções de governo e demais normas legais.
- **Art. 110 –** O artigo 2° da Lei 1102/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:
  - "A Controladoria Geral tem a seguinte estrutura básica:
  - I. Controlador Geral;
  - II. Assessoria Administrativa;
  - III. Coordenadoria de Controle Interno e Gestão de Secretarias;
  - IV. Assessor Técnico de Controladoria.



**Parágrafo único** – Compete ao Assessor Técnico de Controladoria:

- I auxiliar o Controlador-Geral na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos e a avaliação dos resultados obtidos pela Administração;
- II assessorar o Controlador-Geral na implementação das ações relativas à atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos visando avaliar as ações governamentais e a gestão fiscal dos administradores municipais;
- III auxiliar na coordenar da prestação de contas do Município, na forma da lei em vigor;
- IV assessorar a administração, sob determinação do Procurador-Geral, nos aspectos relacionados com os controles interno e externo;
- V assessorar à realização de ações concernentes à avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias nos diversos sistemas administrativos;
- VI acompanhar a implementação das políticas e procedimentos de prevenção e combate à corrupção, bem como a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, auxiliando na aferição da consistência das informações divulgadas;
- VII desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico."
- **Art. 111 -** O § 2° do art. 8° da Lei Municipal n° 1108/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8° - [...]

- § 2° O Procurador-Geral do Município receberá gratificação de função de 40% (quarenta por cento) do valor equivalente ao seu vencimento, devido a sua exclusividade."
- **Art. 112** Fica alterada a redação do caput do artigo 2º da Lei 1108 de 11 de junho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:



"Art. 2º - A Procuradoria Geral do Município é integrada pelo Procurador-Geral, 02 (dois) Procuradores do Município, 02 (dois) Assistentes Jurídicos e 01 (um) Auxiliar da Procuradoria, organizados em carreira, nomeados em provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público.

Parágrafo único (...)"

.Art. 113 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar temporariamente 02 (dois) Procuradores em comissão, para excepcionalmente até a posse dos aprovados em concurso público a ser realizado pelo Município, exercerem as funções previstas no art. 11 da Lei nº 1108/2012 e demais disposições normativas.

§1º – Os ocupantes dos cargos criados por este artigo serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo dentre advogados, de notável saber jurídico e reputação ilibada que poderão exercer as atribuições constantes da Lei nº 1108/2012, tendo como vencimento os valores definidos no anexo II da presente Lei.

§ 2º - A carga horária dos cargos criados no caput é de 30 (trinta) horas semanais.

**Art. 114 -** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento vigente.

**Art. 115 –** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº. 1132/2013, 1133/2013, 1162/2013, 1220/2014 e o art. 2° da Lei Municipal n° 800 de 31 de maio de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinheiros/ES Em 14 de junho de 2017.

ARNÓBIO PINHEIRO SILVA Prefeito Municipal

ADRIEL DE SOUZA SILVA Procurador-Geral Municipal



### ANEXO I CARGOS EXTINTOS

QUANTIDADE DE VAGAS POR CARGO	CARGOS EXTINTOS  CARGOS COMISSIONADOS EXTINTOS	SALÁRIO MENSAL
1	Adjunto da Secretaria de Agricultura	R\$ 2.800,00
1	Agente de Crédito	R\$ 937,00
1	Assessor Administrativo	R\$ 1.000,00
1	Assessor de Comunicação	R\$ 1.500,00
2	Assessor de Procurador	R\$ 1.400,00
1	Assessor de Técnico da Controladoria Interna	R\$ 2.000,00
2	Assessor Judiciário Municipal Adjunto	R\$ 2.000,00
1	Assessor Técnico em Administração, Finanças e Planejamento	R\$ 2.000,00
1	Assessor Técnico em Educação	R\$ 1.500,00
1	Auxiliar de Comunicação	R\$ 937,00
1	Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 937,00
1	Chefe de Atividades Esportivas	R\$ 1.200,00
6	Chefe de Divisão Clínica	R\$ 2.000,00
1	Chefe de Divisão de Farmácia	R\$ 980,00
1	Chefe de Divisão de Tributação Fiscalização e Cadastro	R\$ 962,00
1	Chefe de Divisão Odontológica	R\$ 962,00
1	Chefe de Seção de Agricultura	R\$ 937,00
1	Chefe de Seção de Cultura	R\$ 937,00
1	Chefe de Seção de Desporto	R\$ 937,00
4	Chefe de Seção de Ensino Fundamental	R\$ 937,00
1	Chefe de Seção de Pessoal	R\$ 1.000,00
1	Chefe de Seção de Tesouraria	R\$ 937,00
1	Chefe de Vigilância Sanitária Distrital	R\$ 937,00
1	Coordenador Chefe na Distribuição de Merenda Escolar	R\$ 2.000,00
1	Coordenador da Agência de Desenvolvimento	R\$ 937,00
1	Coordenador da APS - Atenção Primária da Saúde (Gratificação)	R\$ 1.000,00
1	Coordenador da Casa de Passagem	R\$ 1.000,00
1	Coordenador da Unidade Municipal de Microcrédito	R\$ 937,00
1	Coordenador de Assistência Social	R\$ 1.000,00
1	Coordenador de Assuntos Habitacionais e Fundiários	R\$ 3.000,00
1	Coordenador de Farmácia Básica	R\$ 937,00
1	Coordenador de Limpeza Pública	R\$ 937,00
1	Coordenador de Obras Públicas	R\$ 2.000,00
1	Coordenador de Pessoal da Limpeza Pública	R\$ 2.000,00
1	Coordenador de Projetos e Equipe de Fisioterapia (Gratificação)	R\$ 700,00
1	Coordenador de Serviços Gerais HP	R\$ 937,00



1	Coordenador de Transporte Escolar	R\$	1.500,00
1	Coordenador de Unidade Municipal de Microcrédito	R\$	937,00
1	Coordenador de Vigilância Ambiental (Gratificação)	R\$	700,00
1	Coordenador de Vigilância Epidemiológica (Gratificação)	R\$	750,00
1	Coordenador de Vigilância Sanitária (Gratificação)	R\$	700,00
1	Coordenador Distrital	R\$	2.000,00
1	Coordenador do Asilo	R\$	1.000,00
1	Coordenador do CRAS Sobrado	R\$	1.500,00
1	Coordenador do Fundo Municipal de Saúde	R\$	937,00
1	Coordenador do PSF - Programa de Saúde da Família (Gratificação)	R\$	1.000,00
1	Coordenador Geral das Unidades de Saúde	R\$	2.000,00
1	Coordenador Municipal de Assistência Social	R\$	937,00
1	Diretor Administrativo de Transportes	R\$	3.000,00
1	Diretor Administrativo do Hospital de Pinheiros	R\$	2.500,00
1	Diretor Clínico	R\$	2.000,00
1	Diretor de Administração e Finanças	R\$	3.000,00
1	Diretor de Comunicação	R\$	2.000,00
5	Diretor de Unidade de Saúde	R\$	1.500,00
1	Diretor do AMA do Sobrado	R\$	2.000,00
1	Diretor do CREAS	R\$	1.500,00
1	Diretor do Departamento da AMA	R\$	2.000,00
1	Diretor do Departamento de Fiscalização, Tribut., Arrecadação e Cadastro	R\$	2.000,00
1	Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo	R\$	2.000,00
1	Diretor do Departamento de Planejamento Social e Habitação	R\$	2.000,00
1	Diretor do Trabalho de Geração de Renda	R\$	2.500,00
1	Diretor Municipal de Esporte Amador	R\$	1.200,00
1	Encarregado de Biblioteca	R\$	937,00
1	Encarregado de Serviço ao Idoso	R\$	937,00
1	Encarregado de Serviço de Atendimento à Criança e Adolescente	R\$	937,00
1	Encarregado de Serviço de Portaria	R\$	937,00
1	Encarregado de Serviços Gerais	R\$	937,00
1	Encarregado de Setor	R\$	937,00
2	Encarregado do AMA	R\$	937,00
2	Encarregado do CRAS	R\$	937,00
1	Gerente de Garagem Mecânica	R\$	1.200,00
1	Gerente do Mercado Municipal	R\$	1.500,00
1	Gerente Municipal de Agricultura	R\$	2.000,00
1	Motorista de Gabinete	R\$	1.100,00
2	Procurador Jurídico	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Administração e Finanças	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	R\$	4.475,59



1	Secretário Municipal de Assistência Social	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Cultura e Turismo	R\$	4.475,79
1	Secretário Municipal de Educação	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Esporte e Lazer	R\$	4.475,79
1	Secretário Municipal de Gabinete	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Obras e Urbanismo	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Planejamento Econômico e Gestão	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Saúde	R\$	4.475,59
1	Superintendente Administrativo	R\$	1.500,00
1	Superintendente de Compras	R\$	1.500,00
1	Superintendente de Limpeza e Obras Públicas	R\$	3.000,00
1	Superintendente de PSF	R\$	1.500,00
1	Superintendente de Saúde	R\$	1.500,00
1	Superintendente de Serviços do Interior	R\$	1.500,00
1	Superintendente Hospitalar	R\$	1.500,00
1	Supervisor de Pessoal	R\$	1.000,00
1	Supervisor de Rendas	R\$	1.374,10



### ANEXO II CARGOS CRIADOS

QUANT.NOVOS CARGOS COMISSIONADOSSALÁ1Assessor de Planejamento Social e HabitaçãoRS2Assessor de Projetos e ConvêniosRS1Assessor de Técnico da Controladoria InternaRS1Assessor de TesourariaRS1Assessor do Setor de Identificação CivilRS1Assessor Jurídico AdjuntoRS2Assessor Técnico em AdministraçãoRS1Assistente Administrativo de SaúdeRS1Assistente Administrativo da Central Municipal de RegulaçãoRS	2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00
2 Assessor de Projetos e Convênios 1 Assessor de Técnico da Controladoria Interna 1 Assessor de Tesouraria 1 Assessor do Setor de Identificação Civil 1 Assessor Jurídico Adjunto 2 Assessor Técnico em Administração 1 Assessor-Geral do CRAS e CREAS 1 Assistente Administrativo de Saúde	2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00
1 Assessor de Técnico da Controladoria Interna 1 Assessor de Tesouraria 1 Assessor do Setor de Identificação Civil 1 Assessor Jurídico Adjunto 2 Assessor Técnico em Administração 1 Assessor-Geral do CRAS e CREAS 1 Assistente Administrativo de Saúde	2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00
1       Assessor de Tesouraria       Ro         1       Assessor do Setor de Identificação Civil       Ro         1       Assessor Jurídico Adjunto       Ro         2       Assessor Técnico em Administração       Ro         1       Assessor-Geral do CRAS e CREAS       Ro         1       Assistente Administrativo de Saúde       Ro	2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00
1       Assessor do Setor de Identificação Civil       RS         1       Assessor Jurídico Adjunto       RS         2       Assessor Técnico em Administração       RS         1       Assessor-Geral do CRAS e CREAS       RS         1       Assistente Administrativo de Saúde       RS	2.000,00 2.000,00 2.000,00 2.000,00
1 Assessor Jurídico Adjunto 2 Assessor Técnico em Administração 1 Assessor-Geral do CRAS e CREAS 1 Assistente Administrativo de Saúde RS	2.000,00 2.000,00 2.000,00
2 Assessor Técnico em Administração 1 Assessor-Geral do CRAS e CREAS 1 Assistente Administrativo de Saúde RS	2.000,00 2.000,00
1 Assessor-Geral do CRAS e CREAS 1 Assistente Administrativo de Saúde RS	2.000,00
1 Assistente Administrativo de Saúde RS	<u> </u>
Tabletone Taliminstruit of a Surge	1 500 00
1 Assistante Administrativo da Cantral Municipal de Regulação	1.500,00
Assistente Administrativo da Central Municipal de Regulação	1.500,00
1 Assistente de Gabinete R	1.500,00
1 Assistente Jurídico da Assistência Judiciária e do CREAS R	4.000,00
2 Assistente Técnico em Educação RS	1.500,00
2 Auxiliar Administrativo da Assistência Social R	1.200,00
2 Auxiliar Administrativo de Esportes RS	1.200,00
1 Auxiliar Administrativo de Gabinete R	1.200,00
1 Auxiliar Administrativo do CRAS RS	1.200,00
1 Auxiliar da Central Municipal de Regulação R	1.000,00
2 Auxiliar da Secretaria de Saúde R	1.000,00
1 Auxiliar do Setor de Tributação R	1.000,00
3 Auxiliar Distrital R	1.000,00
4 Chefe de Divisão Clínica R	2.000,00
1 Chefe de Gabinete R	2.500,00
1 Chefe de Setor de Crédito e Renda R	2.500,00
1 Coordenador da Casa de Passagem RS	1.500,00
1 Coordenador de Espaço Futuro R	1.500,00
3 Coordenador de Unidade de Saúde R	
1 Coordenador Distrital RS	2.000,00
1 Coordenador do Asilo R	
1 Coordenador do CRAS do Distrito de São João do Sobrado RS	1.500,00
1 Coordenador do Mercado Municipal RS	1.500,00
1 Diretor Adjunto de Esportes e Lazer RS	
1 Diretor Adjunto do Departamento de Cultura e Turismo RS	
1 Diretor Adjunto do Departamento de Pessoal RS	
1 Diretor Adjunto de Obras e Urbanismo RS	

1	Diretor Administrativo de Transportes	R\$	3.000,00
1	Diretor Administrativo do Hospital	R\$	3.000,00
1	Diretor da Central Municipal de Regulação - CMR	R\$	3.000,00
1	Diretor de Administração	R\$	3.000,00
1	Diretor de Agricultura	R\$	3.000,00
1	Diretor de Comunicação e Publicidade	R\$	3.000,00
1	Diretor de Esportes e Lazer	R\$	3.000,00
1	Diretor de Mecânica	R\$	3.000,00
1	Diretor de Meio Ambiente	R\$	3.000,00
1	Diretor de Obras Públicas e Urbanismo	R\$	3.000,00
1	Diretor do Departamento de Cultura e Turismo	R\$	3.000,00
1	Diretor do Departamento de Pessoal	R\$	3.000,00
1	Diretor do Setor de Contabilidade	R\$	3.000,00
1	Diretor do Setor de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e Cadastro		
	Imobiliário	R\$	3.000,00
1	Diretor de Projetos e Convênios	R\$	3.000,00
1	Gerente de Limpeza Pública	R\$	2.000,00
1	Motorista de Gabinete	R\$	1.500,00
2	Ouvidor Municipal	R\$	1.500,00
2	Procurador Jurídico Comissionado	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gabinete	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transportes	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Assistência Social	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Educação, Esporte Cultura e Turismo	R\$	4.475,59
1	Secretário Municipal de Saúde		
1		R\$	4.475,59



# ANEXO III CARGOS CRIADOS A SEREM OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS

QUANTIDADE DE VAGAS POR CARGO	NOVOS CARGOS FUNÇÕES COMISSIONADAS A SEREM OCUPADOS POR EFETIVOS	SALÁRIO MENSAL
1	Assistente de Contador	R\$ 1.500,00
1	Assistente de Engenharia	R\$ 1.500,00
6	Assistente de Operação de Máquinas Pesadas	R\$ 1.500,00
1	Coordenador da APS - Atenção Primária da Saúde (Gratificação)	R\$ 500,00
1	Coordenador de Vigilância Ambiental (Gratificação)	R\$ 300,00
1	Coordenador de Vigilância Epidemiológica (Gratificação)	R\$ 300,00
1	Coordenador de Vigilância Sanitária (Gratificação)	R\$ 300,00
1	Coordenador do Fundo Municipal de Saúde (Gratificação)	R\$ 500,00
1	Coordenador do PSF - Programa de Saúde da Família (Gratificação)	R\$ 500,00
1	Diretor Clínico do Hospital	R\$ 2.000,00
1	Fiscal de Contratos (Gratificação)	R\$ 500,00